

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bibiana Santos Domingues

**AKINWUMI OGUNDIRAN E A TRAJETÓRIA DOS DEBATES EM  
ARQUEOLOGIA IORUBÁ NA NIGÉRIA**

Porto Alegre

2020

Bibiana Santos Domingues

AKINWUMI OGUNDIRAN E A TRAJETÓRIA DOS DEBATES EM  
ARQUEOLOGIA IORUBÁ NA NIGÉRIA

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Domingues, Bibiana Santos

AKINWUMI OGUNDIRAN E A TRAJETÓRIA DOS DEBATES EM  
ARQUEOLOGIA IORUBÁ NA NIGÉRIA / Bibiana Santos  
Domingues. -- 2020.

57 f.

Orientador: José Rivair Macedo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Arqueologia. 2. Arqueologia Iorubá. 3.  
Intelectuais Africanos. I. Macedo, José Rivair,  
orient. II. Título.

Bibiana Santos Domingues

AKINWUMI OGUNDIRAN E A TRAJETÓRIA DOS DEBATES EM  
ARQUEOLOGIA IORUBÁ NA NIGÉRIA

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Aprovada em 06 de janeiro de 2020.

---

Professor Dr. José Rivair de Macedo (orientador)

---

Professora Dra. Adriana Dias – UFRGS

---

Professor Dr. Cláudio Baptista Carle

Porto Alegre

2020

## AGRADECIMENTOS

A toda a minha grande família: mãe, pai, irmãos, madrasta, padrasto, avós, tios e tias, primas, à família de meu padrasto e à família de minha madrasta, que generosamente me acolheu e sou muito grata, à Vera Lúcia Gonçalves e toda sua família, pelo carinho nutrido até hoje.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Universidade Federal de Pelotas por serem instituições de ensino públicas e por, através delas, seus funcionários, alunos, professores e técnicos, poder entrar em contato com pessoas, ideias e projetos que impactaram minha vida profundamente. Resistiremos na luta pela defesa e acesso irrestrito à educação pública e de qualidade!

Ao meu orientador Professor José Rivair Macedo, por incentivar este projeto e pelo apoio prestado, pelo exemplo de conduta ética na relação com colegas e alunos, me sinto honrada e agradecida pela parceria.

Ao NuPARq e a Professora Silvia Copé, pelas primeiras experiências em campo e laboratório na arqueologia, através das quais me apaixonei, e à Professora Adriana Dias, pela experiência como monitora e discussões bibliográficas, que expandiram muito o universo da disciplina para mim.

Ao LAE e ao Professor José Otávio Catafesto, e às colegas Carol e Catherine, pela amizade, e por me mostrarem as possibilidades e responsabilidades da arqueologia diante das opressões sociais.

Ao Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo e toda a sua equipe, pelo enorme carinho e experiência dos anos de estágio. À Fernanda Tocchetto, pelos aprendizados imensos, para a profissão e para a vida, agradeço as longas conversas e o afeto.

Aos amigos que a arqueologia me trouxe, Jocyane (um presente da vida!) e Luísa D'Ávila, Marina, Letícia e Bruno, por termos permanecido sempre juntos, apesar dos caminhos diversos, Clóvis, por tudo que me ensinou e Marcelo, agradeço muito teu carinho e apoio, foram fundamentais. Também aos amigos que o curso de História me trouxe Alice, Renata, Calane, Greice, Luisa Abrunhoza e Bruno Oliveira. E às amigas Francielle e Luiza Dias, por estarem sempre presentes.

Ao Custódio, a família que acolhi e me acolheu, Guilherme, Jéssica, Fábio e Tiago, por todo o apoio durante os altos e baixos dos últimos meses, encontrar vocês e o nosso lar foi o melhor presente deste ano, obrigada!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho envolve um exercício de familiarização com a bibliografia sobre arqueologia Iorubá nigeriana, tendo, como porta de entrada ao tema publicações do pesquisador Akinwumi Ogundiran. Ogundiran traça panorâmas analíticos das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Nigéria ao longo da segunda metade do século XX, enfatizando os intelectuais pioneiros da disciplina no país, suas principais discussões e enfoques de investigação. Neste sentido, a partir da busca em periódicos de Arqueologia Africana, busco expandir a análise de Ogundiran para os últimos anos, traçando projetos de arqueologia Iorubá em curso, e de que forma estes dialogam com as discussões destacadas pelo autor.

Palavras-Chave: Arqueologia; Intelectuais Africanos; Arqueologia Iorubá.

## ABSTRACT

The main goal of this essay involves a familiarization exercise on the subject of Nigerian Yoruba Archaeology, with the work of Nigerian Professor Akinwumi Ogundiran serving as a gateway to the theme. Ogundiran provides analytical overviews of archaeological research carried out in Nigeria during the second half of the 20th century, emphasizing the pioneering intellectuals of the discipline in the country, their main discussions and investigation approaches. In this sense, based on the search in African archaeology journals, this research seeks to expand Ogundiran's analysis to the last few years, tracing ongoing Yoruba archaeology projects, and how these dialogue the discussions highlighted by the author.

Keywords: Archaeology; African intellectuals; Yoruba Archaeology.

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Uma introdução à arqueologia africana .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A trajetória da arqueologia Iorubá nigeriana na segunda metade do século XX: a perspectiva de Akinwumi Ogundiran.....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 3 - Debates contemporâneos. Arqueologia Iorubá em publicações de 2014 a 2019 .....</b>	<b>44</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é desenvolver uma iniciativa de familiarização com as pesquisas em Arqueologia Iorubá na Nigéria, ao longo da segunda metade do século XX. A partir da obra do autor nigeriano Akinwumi Ogundiran, entro no contexto de debates que permearam a trajetória da disciplina em relação a este recorte específico, elaborando um levantamento de publicações recentes que me permitam dialogar as ideias delimitadas por Ogundiran com os projetos de arqueologia Iorubá em curso nos últimos anos. Akinwumi Ogundiran é historiador, antropólogo e arqueólogo, nascido em Ibadan, Nigéria, formado pela Universidade de Ibadan atualmente lecionando Estudos Africanos na Universidade da Carolina do Norte (EUA) e tem dedicado-se, ao longo de sua trajetória científica, ao estudo da história iorubá em uma perspectiva de longaduração, englobando a dispersão da cultura iorubá através das rotas atlânticas.

O desejo de aproximação com tal recorte de pesquisa parte do entendimento de ser este fundamental na construção da disciplina arqueológica como um todo e, sobretudo, rico em possíveis diálogos com a disciplina no Brasil. É sintomática, contudo, a falta de publicações traduzidas para o português, tendo em vista o significado da tradição Iorubá para a cultura brasileira. A identidade construída pela comunidade Iorubá na África ocidental é diversa e heterogênea (como será abordado no Capítulo 2 deste trabalho) e os caminhos da diáspora e, neste sentido, o Brasil, assumiram um papel importante na construção de coesão desta comunidade. Estudos sobre as populações Iorubá na diáspora como os dos pesquisadores Toyin Falola e Matt Childs (2007), trazem o Brasil como um dos principais destinos da população Iorubá, e no país, estados como Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Se no continente africano, até, pelo menos, o século XVIII, a comunidade Iorubá, ainda que compartilhasse o tronco linguístico e uma série de elementos cosmológicos (USMAN, 2012, p. 24), será marcada pelas diferenças políticas, culturais e religiosas entre seus, pelo menos, 30 subgrupos, no continente americano os traços compartilhados funcionarão como elementos de diálogo e serão reforçados no convívio cotidiano, deixando um legado cultural muito presente na sociedade brasileira até os dias de hoje<sup>1</sup>. Na língua, nas práticas culturais,

---

<sup>1</sup> Sobre os processos de construção da identidade Iorubá entre África e América, Falola e Childs (2007) trazem estudos que aprofundam a questão, tratando do impacto da diáspora na construção desta identidade. Uma vez que, para os autores, esta foi articulada de forma coesa antes nas Américas do que na própria África, as noções de

musicalidade, religiosidade, os traços da comunidade Iorubá na sociedade brasileira são imensos. Ainda que as aproximações entre Brasil e tradição Iorubá não sejam pautadas neste trabalho, considero importante para situar a necessidade de estreitar o diálogo entre a produção acadêmica de ambos os lados do atlântico, necessidade reafirmada pelos estudos de Arqueologia da Diáspora Africana<sup>2</sup>.

Para além dos estudos de Arqueologia da Diáspora, a aproximação com as discussões empreendidas para a tradição Iorubá da Nigéria é fundamental para o desenvolvimento da disciplina arqueológica como um todo. O ensino e a prática da arqueologia têm sido abordados, tradicionalmente, por uma base hegemonicamente ocidental, e a história do pensamento arqueológico é trabalhada principalmente a partir dos debates europeus e estadunidenses, ainda que outras realidades pautem suas problemáticas de pesquisa a partir de contextos e necessidades distintas. Se, para países que passaram por processos de colonização, a arqueologia se fundamenta como instrumento de opressão colonial e tem em si cumplicidades racistas (CARLE, SATANNA e OLIVEIRA, 2018, p. 74), pensar formas de ressignificar e reapropriar a disciplina na análise histórica destas populações é essencial. O diálogo com as construções teóricas e metodológicas elaboradas a partir de outros contextos, que não os hegemônicos, amplia as potencialidades da área.

Para isto, no primeiro capítulo, busco elaborar uma breve introdução à forma como se desenvolveu a disciplina arqueológica no contexto mais amplo do continente africano, a partir da retomada histórica desde o século XIX até meados do século XX e as preocupações de alguns africanistas sobre o futuro da prática no continente. Situo esta trajetória dentro da discussão sobre estudos africanos feitos sobre e a partir da África, pois, acompanhando estas reflexões será possível ter melhores ferramentas para a compreensão de posicionamentos dos autores nigerianos vistos nos Capítulos 2 e 3.

No segundo capítulo, apresento a trajetória das pesquisas arqueológicas na Nigéria sobre a tradição Iorubá ao longo da segunda metade do século XX, sua relação com os contextos sociopolíticos nacionais, alguns dos autores pioneiros e os principais temas de pesquisa e

---

identidade Iorubá construídas na Diáspora influenciariam, pelos caminhos do atlântico, o processo de construção desta na África (FALOLA e CHILDS 2007, p. 81).

<sup>2</sup> Os estudos da arqueologia da diáspora africana tendem a enfatizar esta experiência a partir do contexto americano e diversos autores indicam a necessidade de olhar as dinâmicas entre África e América a partir de uma maior aproximação com pesquisas africanas, como colocado por Whitney Battle-Baptiste (2011, p. 54- 55), e Laura Gijanto e Rachel Horlins (2012, p. 135).

discussões de métodos aos quais se dedicaram os intelectuais nigerianos. Este panorama é elaborado a partir da obra de Akinwumi Ogundiran, um dos mais proeminentes arqueólogos do país, que, em sua vasta produção bibliográfica sobre o tema, constrói uma porta de entrada para a complexidade dos debates desenvolvidos.

Desta forma, buscando ampliar os autores e linhas de interesse demonstrados por Ogundiran, direciono-me a pesquisa, em periódicos de arqueologia africana, de publicações em arqueologia Iorubá. Partindo de uma prospecção dos artigos produzidos sobre o tema nas edições dos últimos 5 anos (2014-2019) de duas revistas, *African Archaeology Review* e *Nyame Akuma*, busco ampliar e conversar o panorama exposto por Ogundiran para o período recente e aproximar-me das pesquisas em curso, seus autores, preocupações e discussões articuladas.

Assim, podemos nos aproximar das discussões que pautam a pesquisa arqueológica sobre a tradição Iorubá na Nigéria. Quais são os projetos em curso, como eles se articulam e quais são os pesquisadores que os propõem? Início esta pesquisa com o objetivo de que seja um esforço de aproximação e estreitamento entre as investigações arqueológicas de ambos os lados do Atlântico e um reforço de diálogo entre Brasil e a tradição Iorubá. E, neste sentido, acredito que os resultados dessa iniciativa possam subsidiar novos caminhos de pesquisa tomados a partir de referenciais não-hegêmonicos, e, portanto, ricos em possibilidades diversas.

## CAPÍTULO 1 - Uma introdução à arqueologia africana

É preciso, em um primeiro momento, situar o recorte desta pesquisa dentro de um contexto mais amplo de arqueologia africana. Dada a complexidade do tema, tentamos aproximar-nos deste cenário de forma geral e introdutória, que possa apresentar a trajetória da disciplina arqueológica no continente Africano. Em que pese as profundas especificidades de cada região do continente, as linhas gerais aqui traçadas acompanharão processos comuns entre estas, a partir dos quais poderemos compreender os estudos de arqueologia Iorubá como particularidade deste quadro geral. Nas primeiras páginas de *História do Pensamento Arqueológico*, Bruce Trigger já coloca a importância de situar os debates científicos nos contextos sociopolíticos que os compreendem (TRIGGER, 2004, p. 13). Ann Stahl também endossa a importância deste tipo de contextualização, ao reconhecer que, entre a crença na objetividade positivista e sem recair no extremo relativismo, a investigação científica é, antes de tudo, um produto de relações humanas localizadas historicamente (STAHL, 2008, p. 04). Este capítulo busca, portanto, situar a trajetória da pesquisa arqueológica na África a partir de uma breve retomada dos contextos sociopolíticos que estão relacionados ao seu processo de desenvolvimento ao longo dos séculos XIX e XX. Busca-se, também, articular algumas percepções sobre a prática elaboradas por arqueólogos africanistas com os debates propostos por intelectuais africanos no que tange a distinção entre estudos científicos realizados sobre e a partir da África.

Sendo a arqueologia uma disciplina, por sua origem, europeia, delineada na Inglaterra, França, Suíça e Escócia ao longo do século XIX (TRIGGER, 2004), ela chega no continente Africano a partir das colonizações e enquanto instrumento desta. A Europa e, sobretudo a Inglaterra, vivia um contexto de salto tecnológico em meio a Revolução Industrial, que perpassa a sociedade como um todo, assim como as percepções e métodos da ciência. Sendo assim, nos discursos científicos do período, o mundo é o palco de uma linha evolutiva de desenvolvimento tecnológico que culmina na própria Europa e na qual as demais sociedades posicionam-se um pouco ou muito atrás (STAHL, 2008, p.6). Ao longo da trajetória de mais de um século de prática arqueológica no continente, o campo passou por mudanças de paradigmas e significados que são retomados por Thurstan Shaw, em artigo de 1989, da revista *African Archaeological Review* e de Ann Stahl (2008), em introdução ao livro *African Archaeology: A Critical Introduction*. Shaw (1989) propõe a compreensão

dos contextos sociopolíticos que emolduraram a prática científica, a partir de uma divisão em períodos, dos quais trataremos: o século XIX e a expansão imperialista; o auge do período colonial (1900-1937); a era dos movimentos pela independência (1937- 1957) e a pós-independência; e os movimentos nacionalistas (entre 1957 e aproximadamente 1978), assim, buscaremos acompanhar a divisão proposta pelo autor.

Os anos de colonização foram caracterizados pela perspectiva evolucionista e racismo científico. Com exceção do Egito e vale do Nilo, que apresenta uma trajetória distinta a partir das expedições de saque sistemáticas da era napoleônica, sendo apropriado para dentro da narrativa do “palco de encenação de desenvolvimento linear” e, para isto, considerado à parte da África negra, pelo menos até o trabalho de Cheikh Anta Diop colocar este paradigma em cheque. Fora do norte da África, a Europa não acreditava possível a identificação de culturas desenvolvidas, noção expressa no pensamento do filósofo alemão Hegel, postulando que África seria uma porção não-histórica do mundo, sem movimento ou desenvolvimento, ou ainda nas reflexões do britânico David Hume, considerando o continente sem artes, ciência e tecnologia (SHAW, 1989).

Ainda que, ao longo do século XIX e XX, obras de arte africanas inundassem museus europeus e monumentos extraordinários como o complexo do Grande Zimbabwe, Djenné-Djenno, entre outros, confrontassem diretamente as percepções acerca das civilizações africanas, a ideologia colonial tendia a criar narrativas que atribuíssem estes vestígios a grupos externos. Assim, a materialidade que registrava a história das sociedades complexas africanas era desvinculada de seu povo. Por onde quer que houvessem marcas de grandes civilizações, elabora-se uma narrativa em que grupos de pele clara haveriam exercido domínio sobre as populações locais de pele escura e, através do difusionismo cultural, seriam os responsáveis pelas inovações tecnológicas. A este conjunto de ideias racistas chamou-se Hipótese Camítica<sup>3</sup> (LOPES e MACEDO, 2019). A descoberta do complexo do Grande Zimbábue trouxe uma série de hipóteses de povoamento, fomentadas, principalmente, por Cecil Rhodes através da Companhia Britânica da África Meridional, que atribuíam as ruínas a povos fenícios, apesar das escavações apontarem para uma ocupação Bantu de alguns

---

<sup>3</sup> Semelhante recurso racista foi utilizado à mesma época, nos Estados Unidos, para desassociar as populações indígenas dos vestígios materiais de seu passado, atribuindo os montículos e aterros identificados ao longo das margens dos rios Ohio e Misssipi à uma população branca extinta, batizada de “mound-builders” (TRIGGER, 2011, p. 101; MCGUIRE, 1992, p. 82).

séculos (TRIGGER, 2004, p. 128). Um dos marcos trágicos deste período foi o saque e destruição da cidade sede do reino de Benin pelos britânicos, em 1897 (SHAW, 1989, p. 4). O período de colonização, desta forma, foi marcado pela recusa, por parte do colonizador branco, em reconhecer agência histórica nas populações africanas, ainda que diretamente deparados com marcos culturais de sociedades complexas.

Desta forma, o período foi caracterizado por achados ocasionais e pesquisas amadoras, em grande defasagem metodológica em relação ao que desenvolvia-se à mesma época na Europa. Para o norte da África, nas colônias Francesas, criou-se uma tradição de pesquisas em abrigos rochosos relacionados à Idade da Pedra Tardia, à semelhança das pesquisas em cavernas na França. Shaw (1989), ao tratar das práticas empreendidas pelos funcionários do serviço colonial francês, coloca que estas teriam um maior rigor científico, se comparada ao serviço colonial britânico. Registros de escavações na Gruta de Kakimbo, na Guiné, antes da virada do século XX, eram apresentados com desenhos estratigráficos detalhados, destoando das práticas usuais. Ainda assim, até meados do século XX ainda era comum que o financiamento das atividades fosse feito a partir do interesse de indivíduos ricos, capazes de pagar o serviço de arqueólogos em outro continente, orientados pelos seus interesses particulares de investigação (Idem, 1989). Do século XIX até o auge do período colonial a prática da disciplina foi marcada, em geral, pela ausência de uma padronização metodológica, quando não o saque deliberado dos vestígios materiais.

Um campo específico, contudo, recebeu uma grande atenção ainda na última fase deste período. Na primeira metade do século XX, descobertas no sul e leste da África apontaram para os registros humanos mais antigos até então identificados, estimulando as pesquisas referentes à chamada Idade da Pedra<sup>4</sup> e levando uma série de pesquisadores e

---

<sup>4</sup> O próprio uso das terminologias do Sistema de Idades, segmentada em Idade da Pedra, subdividida em Antiga, Média e Recente, seguida pela Idade do Bronze e Idade do Ferro, não é inteiramente aplicável ao contexto africano. Segundo Ann Stahl (2008), a divisão por idades reforça uma concepção linear hierarquizada o que “torna difícil conceituar a sobreposição entre manifestações contemporâneas de estágios diferentes, e perpetua a noção de que sociedades vivas associadas à estes estágios não passaram por mudanças desde o passado distante” (STAHL, 2008 p.17, tradução da autora) [*this makes it difficult to conceptualize overlap between contemporary manifestations of different stages and perpetuates the notion that living societies linked to these stages are unchanged from a distant past*].

financiamento de projetos para estas regiões (TRIGGER, 2004, p.133). Os arqueólogos Louis e Mary Leakey, por exemplo, apresentaram célebres estudos de indústria lítica na garganta de Olduvai, no Quênia, abordando as origens da espécie humana. Contudo, como coloca Stahl, também o processo de hominização foi elaborado pela comunidade científica, em alguma medida, desassociado da história da África. Enquanto os vestígios humanos do pleistoceno africano são incorporados à narrativa evolucionista europeia como origem da “história da humanidade”, ou, como coloca a autora, “a nossa história”, logo parte-se para um momento em que o centro é deslocado e “a nossa história” passará a referir-se exclusivamente ao continente europeu (STAHL, 2008). Desta forma, os estudos em arqueologia Africana, até mais da metade do século XX, focaram-se, sobretudo, no período paleolítico e neolítico, dedicando-se aos vestígios materiais de um passado ao qual era permitido ao interlocutor europeu identificar-se.

Os anos que precedem a queda dos domínios coloniais são marcados pela institucionalização da disciplina, a partir de órgãos e profissionais dedicados a gestão do patrimônio, não mais sendo desejável a pesquisa amadora e o financiamento individual. Neste período é criado o Instituto da África Negra, no Senegal (1939) e o Instituto Rhodes-Livingstone, na então Rodésia do Norte (1937), museus são criados na Nigéria (1945), no Quênia (1930), assim como os *Antiquity Services* são fundados na Nigéria (1943) e no Sudão (1938), com a intenção de orientar os resgates de objetos considerados de valor que seriam, então, exibidos nos espaços museais. Em 1947, a partir da iniciativa de Louis Leakey, organiza-se o Primeiro Congresso Pan-Africano de Pré-História, realizado em Nairobi, no Quênia, onde se promove o diálogo entre pesquisadores de diversas regiões, iniciativa até então inexistente dentro das práticas colonialistas. Foram apresentados 63 trabalhos em 4 simpósios, as discussões ao longo do evento buscaram estabelecer consensos de terminologia adotados e a busca por maiores recursos para projetos de pesquisa (*Proceedings of the Panafrican Congress of Prehistory*, 1947). Também é característico deste período e ao longo das primeiras décadas pós-independências a reorientação das teorias difusionistas, voltadas, agora, para uma herança cultural que é trazida a partir dos povos do Egito, porém um Egito enraizado na África negra e trazendo, desta vez, para dentro do continente os focos de difusão das inovações culturais (SHAW, 1989, p.12; TRIGGER, 1990, p. 312). Esta perspectiva será, contudo, questionada nas tendências recentes, refutando o difusionismo a partir de pesquisas que levam a crer, para o caso da metalurgia, por exemplo, origens simultâneas em regiões

distintas a partir de desenvolvimentos locais (OGUNDIRAN, 2005). O período marca a institucionalização da disciplina a partir de centros de ensino, pesquisa e musealização, assim como o diálogo entre profissionais para articular procedimentos metodológicos consolidados.

Após os conflitos que levam ao fim do aparato colonial, o processo de construção dos estados independentes traz uma preocupação quanto às narrativas históricas que fundamentariam o passado destas populações. Neste período, os estudos de história passam a incorporar a arqueologia, traçando o passado das populações africanas desde as sociedades complexas da chamada Idade do Ferro (SHAW, p.12; TRIGGER, 1990, p. 315). Há um grande foco de pesquisas, então, direcionado aos processos de urbanização da Idade do Ferro, em que há a consolidação de grandes civilizações com diversos graus de complexidade social. Estas novas prioridades de pesquisa importam, sobretudo, para reorientar as percepções pejorativas dos estudos que caracterizaram os períodos anteriores. Importava colocar a história Africana no palco do desenvolvimento humano, de modo que pesquisas que buscassem identificar o momento de origem de inovações tecnológicas como a agricultura e a metalurgia foram enfatizadas. As datações de radiocarbono cumprem um papel significativo neste momento, buscando atestar as cronologias mais antigas, e o Instituto Cheikh Anta Diop, no Senegal, realizava datações em radiocarbono no continente desde os anos 1950 (SHAW, 1989). Contudo, contrapõe-se a esta agenda, a necessidade de questionar o paradigma evolucionista em favor de estudos que abordem a diversidade de experiências (STAHL, 2008, p. 12). Estudos regionais podem mais facilmente seguir esta perspectiva, ao se afastarem da grande “corrida” pelas origens tecnológicas, e buscam na multidisciplinaridade respostas para compreensão das culturas africanas no passado. Correlações entre linguística, etnologia e história oral são cada vez mais empregadas neste sentido (STAHL, 2008, p. 13, TRIGGER, 1990, p. 315, SHAW, p. 14).

Desta forma, a arqueologia, em que pese sua trajetória e institucionalização enquanto ferramenta de domínio colonial e racista, pode ser reapropriada enquanto ferramenta de conhecimento e transformação social, mas para isso, é preciso situar o local de onde partem as pesquisas empreendidas. A trajetória da arqueologia no período colonial dialoga com a questão trazida por Paulin Hountondji (2008), da falta de autoconsciência epistemológica atribuída aos africanos pelos africanistas europeus. O autor estabelece uma distinção entre os estudos africanistas, sobre a África e os estudos feitos a partir da África, produzidos por



Africanos (HOUNTONDJI, 2008, p. 151). A categoria não implica, contudo, “em uma mundivisão implícita partilhada inconscientemente por todos os africanos” (HOUNTONDJI, 2008, p. 153), mas coloca a epistemologia feita a partir da África na condição de autoconsciência que lhe foi negada pela tradição colonial europeia. Desta forma, sustenta-se que as disciplinas que compõem os estudos africanos terão imperativos distintos se realizadas no Ocidente ou de dentro do contexto africano. Africanistas ocidentais têm, ao longo da história, gerido projetos de pesquisa que acumulam conhecimentos sobre a África, apropriados e capitalizados em seus países de origem. Hountondji (2008) propõe:

(...) desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas directa ou indirectamente determinada. Então, será de esperar que os académicos (sic) não-africanos contribuam para a resolução dessas questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico (HOUNTONDJI, 2008, p. 158).

Os imperativos dos estudos africanistas devem partir das discussões produzidas a partir de África e dos intelectuais africanos, e que os pesquisadores de fora compartilhem e se insiram nesta agenda.

Podemos articular esta concepção sobre a construção do conhecimento africano com alguns posicionamentos de arqueólogos africanistas sobre a prática da disciplina. Seguimos, assim, para uma análise das ideias e preocupações que orientaram pesquisadores do tema. Em editorial da revista *African Archaeological Review*, de 1996, uma série de pesquisadores posicionam-se sobre as futuras perspectivas da arqueologia africana. São dez arqueólogos, acadêmicos de instituições estadunidenses, com exceção da acadêmica de Botswana Alinah Kelo Segobye, o acadêmico da Argélia Mohamed Sahnouni e Adoum Ngaba-Waye, da Associação Internacional e Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia Africana. Os intelectuais que compõem a publicação são alguns dos nomes mais reconhecidos da área até os dias de hoje, como Peter Robertshaw, Diane Gifford-Gonzalez, Roderick J. McIntosh, Ann Stahl e Susan Kent<sup>5</sup>. As inquietações quanto ao futuro dos trabalhos permeiam um

---

<sup>5</sup> O editorial é composto por textos individuais de cada autor, expondo temas e análises distintas. Para traçar distâncias e aproximações entre posicionamentos diferentes, farei referência aos textos e respectivos autores de maneira independente, embora a citação formal, conforme apresentada ao final desta monografia, seja: ELLISON, J., ROBERTSHAW, P., GIFFORD-GONZALEZ, D., MCINTOSH, R. J., STAHL, A. B., DECORSE, C. R., ROBBINS, L. H., KENT, S., NGABA-WAYE, A., SAHNOUNI, M., & SEGOBYE, A. K. (1996). The Future of African Archaeology. *The African Archaeological Review*, 13(1), 5–34.

contexto de crises políticas que haviam eclodido nos anos 90, como os conflitos em Uganda, Somália, Sudão, Ruanda, Moçambique e Angola. As preocupações destes autores percorrem diversos pontos teóricos, metodológicos e logísticos como financiamentos de pesquisa e a dinâmica entre colegas. Sobressaem as preocupações com a construção de metodologias interdisciplinares, com o impacto de diferentes contextos políticos na produção acadêmica e nas políticas de financiamento de projetos, com o futuro da gestão do patrimônio cultural, a relação entre arqueólogos locais e estrangeiros em projetos colaborativos e o engajamento da disciplina em questões sociais atuais. É importante ouvir o que estes intelectuais dizem sobre os caminhos da disciplina para entender quais são os dilemas que os circundam e os paradigmas que fundamentam suas práticas. Também cabe questionar se estariam estes profissionais colocando a agenda proposta por Hountondji (2008) em pauta.

Susan Kent e Ann Stahl, em seus respectivos segmentos do editorial supracitado, abordam perspectivas de interdisciplinaridade na área. Ann Sathl coloca que há um crescente interesse em processos históricos dentro da antropologia colocando contexto temporal em estudos antropológicos com ênfase em identidade, sistemas simbólicos, ideologia, organizações políticas. Assim, estudos em antropologia histórica dos últimos quinze anos rejeitam concepções de culturas governadas por tradições estáticas. As representações etnográficas, neste caso, deixam de ser privilegiadas para um campo que conversa mais com a tradição oral, fontes documentais e o registro arqueológico, trazendo dimensão temporal aos elementos culturais (ELLISON et al., 1996, p. 15-18). Já Susan Kent explora o futuro da etnoarqueologia, afirmando que esta foi excessivamente descritiva e analógica no último século e defendendo uma virada interpretativa direcionada a forma com que os princípios da dinâmica cultural influenciam a cultura material e o registro arqueológico. A partir deste tipo de análise, a autora coloca que é possível, por exemplo, o papel das categoriais de gênero nas relações materiais, e as raízes das desigualdades de gênero identificadas em diversas sociedades (ELLISON et al., 1996, p. 23-26). Para isso, a autora sugere mudanças de método, para pesquisas realizadas de maneira mais imersiva e menos pontual.

O arqueólogo estadunidense Cristopher DeCorse, em segmento de sua autoria no mesmo editorial, através de uma reflexão sobre a prática da Arqueologia Histórica, e como esta se desenvolve no continente, menciona outra área em desenvolvimento, o campo de gerenciamento de recursos culturais (*Cultural Resource Management*) (ELLISON et al.,

1996, p. 18-21). O campo engloba os esforços destinados à preservação e gestão do patrimônio cultural, podendo incluir sítios arqueológicos e saberes tradicionais. O autor destaca, porém, a disparidade de recursos destinados à preservação dos sítios arqueológicos referentes à ocupação europeia, na África subsaariana, como o trabalho no Forte Jesus, em Mombaça, por James Kirkman, em relação aos sítios relativos às ocupações de tradição local. O foco na preservação e restauro de monumentos arquitetônicos vinculados às ocupações europeias são justificados, pelo autor, por uma série de fatores, desde a ineficácia das legislações protetivas em relação ao patrimônio, os usos atribuídos às estruturas coloniais remanescentes, muitas vezes restaurados para alocar aparatos estatais, e ainda, a falta de visibilidade promovida em cima do patrimônio arqueológico local. As políticas de preservação do patrimônio permanecem, para o autor, uma das grandes preocupações da arqueologia africana, não considerando uma dicotomia entre ocupações europeias e assentamentos locais, mas a preservação e o estudo dos sítios sem o privilégio de um registro sobre o outro, trarão dados diversos dos termos deste contato. O campo de gerenciamento de recursos culturais passa pela questão de orientar o patrimônio cultural a políticas de desenvolvimento, como DeCorse coloca ao relacionar a valorização de determinados sítios as potencialidades turísticas

Alguns autores expõem mais diretamente a relação entre a prática científica e seus contextos políticos, sobretudo seus efeitos sobre as políticas de financiamento de pesquisas, que afetam diretamente o que é estudado e o tipo de resultado que será obtido. Neste sentido, Peter Robertshaw, em sua contribuição ao editorial, questiona as relações entre política e conhecimento científico para o contexto africano através das publicações em mídias locais, o autor elabora a necessidade de os resultados das pesquisas estarem acessíveis às populações africanas. Resultados de pesquisa são publicadas, em geral, em mídias ocidentais. O autor destaca que há um desconforto político em publicar resultados de pesquisa que contraponham as narrativas oficiais dos governos eleitos (ELLISON et al., 1996, p. 7-9). Logo, para o autor, só é comum a publicação de autores nos países onde se localizam suas pesquisas, quando correspondem a uma narrativa que enfatiza grandes feitos da história local, nos termos promovidos pela elite e se questiona se a arqueologia não seria uma prática meramente política. Robertshaw associa este tipo de estudo, principalmente, ao registro oral, e crê que a pesquisa arqueológica possibilita a reconstrução mais rica do passado social, econômico e político que se mostraria de interesse para a sociedade como um todo. O autor afirma um

compromisso destes profissionais com a reconstrução do passado do continente, e não apenas a manutenção de suas vidas acadêmicas e seus interesses de pesquisa. Nas palavras de Robertshaw: “devemos colaborar em desenterrar um passado alicerçado em pesquisa científica empírica. A alternativa é o retiro à torre de marfim enquanto outros inventam um passado imaginário por conveniência política”<sup>6</sup> (ELLISON et al., 1996, p. 09, tradução da autora). O autor, contudo, não enuncia de onde parte esta pesquisa politicamente comprometida, na sua visão, quais são os caminhos que financiam e promovem sua realização, seus autores, e não questiona, tampouco, os contextos políticos que financiam e promovem a pesquisa nas instituições estadunidenses que articulam projetos de estudos africanos.

Por outro lado, a arqueóloga botsuanense A. K. Segobye, outra colaboradora do editorial apresentado, também avalia os impactos de contextos políticos na produção intelectual. Neste sentido, a autora traz a correlação entre a recente instabilidade política em diversos países do continente e o declínio, por vezes colapso total, de programas de pesquisa arqueológica. O contexto contrapõe o otimismo acadêmico que as instituições viviam nos anos 60 sobre o futuro da pesquisa na África (ELLISON et al., 1996, p. 28-31). A autora se posiciona a partir dos dilemas que encarou ao assumir o cargo de professora na Universidade de Botsuana. Esta passa a entender seu papel enquanto professora não só desde o estímulo a excelência acadêmica, mas passando também pela preocupação sobre o mercado de trabalho que seus alunos encontrariam após a graduação, levando a atuações neste sentido frente ao governo e organizações não governamentais. Os conflitos políticos dos últimos anos trazem cenários de baixos recursos, escassez de mercado de trabalho e, para a autora, programas de *Cultural Resource Management* têm se dedicado a contar os estragos mais do que novas iniciativas de salvaguarda. Contudo, a autora não lê o cenário de forma pessimista, e vê os contextos adversos como desafios que colocam a intelectualidade em busca contínua pela excelência disciplinar, ainda sob condições políticas e financeiras adversas, nas palavras de Segobye: “para muitos arqueólogos, é provavelmente sua perseverança e senso de humor que tem inspirado alguns a contornar minas terrestres e sensibilidades políticas de várias formas de

---

<sup>6</sup> No original: *we must collaborate in unearthing a past grounded in empirical scientific research. The alternative is a retreat into the ivory tower while other invent an imaginary past for political expediency* (ELLISON et al., 1996, p. 09).

lideranças políticas para continuar produzindo pesquisas de campo de qualidade”<sup>7</sup> (ELLISON et al., 1996, p. 30, tradução da autora). A arqueóloga, em seu posicionamento, reconhece as circunstâncias políticas restritivas mencionadas por Peter Robertshaw, no mesmo editorial (ELLISON et al. 1996, p. 09), contudo, a autora traz outras possibilidades de enfrentamento. Segobye crê que são as instituições públicas de ensino, em seu sentido amplo, a base de contribuição na qual a arqueologia africana deve atuar em um contexto de escassez de recursos, uma vez assegurado um cenário de liberdade de posicionamento. Por fim, aponta alternativas, através da aposta na atuação junto as políticas de financiamento, flexibilizando as normas de participação da sociedade civil e dos setores privados e defende que arqueólogos estrangeiros participem da construção de alternativas (ELLISON et al., 1996, p. 31).

Sobre a colaboração entre pesquisadores africanos e não-africanos, o segmento de autoria do arqueólogo Roderick McIntosh, da Rice University (E.U.A.) relata a crença de que, ao menos no futuro próximo, todos os grandes projetos de Arqueologia Africana continuarão a ser financiados pelo ocidente (ELLISON et al., 1996, p. 11-15). Contudo, o autor espera que a maioria, senão todos estes, sejam colaborativos entre pesquisadores locais e estrangeiros e coloca que esta relação deve ocorrer em igualdade de poder de decisão. Como exemplo, o autor narra sua experiência em um projeto colaborativo com o *Institut Fondamental de l’Afrique Noire*, no Senegal, no qual compartilhou a coordenação da pesquisa com o colega arqueólogo senegalês, Hamady Bocoum. Contudo, McIntosh descreve a parceria com tom que aproxima-se da condescendência ao afirmar que o coordenador senegalense “não foi nenhum pouco tímido ao expressar seu estilo interpretativo muito divergente ao longo do primeiro ano” (ELLISON et al., 1996, p. 12, tradução da autora)<sup>8</sup>. O segmento de autoria de McIntosh conclui afirmando que a discussão de contraposição de métodos, valores e protocolos de interpretação é desejável e necessária para o desenvolvimento da disciplina, ainda que demonstre nas percepções do autor um longo caminho para um relacionamento colaborativo horizontal.

---

<sup>7</sup> No original: *for various archaeologists, is probably their perseverance and sense of humor that has inspired some to tread around the land mines and political sensitivities of various forms of political leadership to continue producing quality field research* (ELLISON et al., 1996, p. 30)

<sup>8</sup> No original: *was not in the least bit shy to express his very different interpretive style during the first year* (ELLISON et al., 1996, p. 12).

Outro segmento do editorial, de autoria do pesquisador Mohamed Sahnouni, acadêmico da Universidade da Alger, na Argélia, posiciona-se sobre o tema das pesquisas colaborativas enquanto uma iniciativa positiva, mas estimula que o caminho ocorra em duas vias e também seja incentivada a incorporação de estudantes de arqueologia argelinos em projetos em outros países e outros continentes. Outro ponto indicado pelo autor trata-se da necessidade de destinar recursos para expandir o quadro de pesquisadores qualificados dentro do contexto africano, reconhecendo uma lacuna particular, também, quanto à circulação de publicações especializadas e o estreitamento do contato com as publicações de fora. Tal lacuna, conforme exposto por Sahnouni, tende a causar um isolamento acadêmico, prejudicando ensino, pesquisa e trazendo impacto negativo no alcance dos resultados científicos feitos a partir de África. Desta forma, a pesquisa colaborativa é apresentada por Sahnouni, com a indicação de que a questão seja tratada a partir de novas políticas de financiamento, ampliando condições de pesquisa de iniciativas locais e combatendo a disparidade de acesso à publicações (ELLISON et al., 1996, p. 27-28),.

Quanto a questão da divulgação científica no continente africano, Peter Robertshaw e Adoum Ngaba-Waye (ELLISON et al., 1996) manifestam preocupações distintas, conforme exposto a seguir. Robertshaw (ELLISON et al., 1996, pp. 7-9), abordará a necessidade de uma maior divulgação das pesquisas pelo viés dos tensionamentos políticos que influenciam estas iniciativas. O autor situa seu argumento contextualizando a importância do império pré-colonial Cwezi para a construção da identidade nacional de Uganda, sendo este considerado o símbolo de um passado unificado e glorioso pela historiografia pós-independência. Desde os anos 1980, contudo, a tese do Império Cwezi estava sendo questionada pela historiografia, sem, entretanto, estas publicações estarem acessíveis dentro da própria Uganda. Desta forma à medida que Robertshaw (ELLISON et al., 1996, pp. 7-9) identifica que a hipótese de um império não seria consistente, contrapondo-a com indícios de um aglomerado de pequenos núcleos sociais em formato de “chefaduras”, o mesmo depara-se com um desconforto da população local com as descobertas. Diante de cenários como esses, Robertshaw (ELLISON et al., 1996, pp. 7-9) coloca que os resultados de pesquisa da maioria dos arqueólogos africanistas são publicados, em geral, fora da África. Para a progressão da carreira destes pesquisadores, publicações no continente Africano tendem a ser menos valorizadas. Como solução para estes conflitos, o autor defende abandonar as taxonomias evolucionistas que implicam que a ausência de estado complexo e urbanizado equivale a uma sociedade menos

evoluída, e elaborar as diversidades de organização social e flexibilidade de estratégias. Ainda, o autor enxerga a necessidade de dirigir esforços à superar os “desconfortos políticos”, incentivando arqueólogos estrangeiros a publicar nos países aonde efetivamente ocorrem suas pesquisas, a despeito de um status menos elevado atribuído pela estrutura acadêmica, atribuindo a estes o ato de “educar” as populações sobre o seu passado (ELLISON et al., 1996, p. 9), sem avançar a reflexão nas implicações colonialistas desta perspectiva.

Por sua vez, Adoun Ngaba-Waye (ELLISON et al., 1996, pp. 26-27) apresenta a *International Association for the Advancement of African Archaeology*, concebida com o objetivo de disseminar informação arqueológica para uma população mais ampla. O autor coloca o papel da arqueologia na investigação das raízes de fenômenos atuais e resgata as contribuições da disciplina em questões como o racismo científico, contrapondo os registros de desenvolvimento cultural como afirmação de populações não brancas. Como resolução para ampliar seu público interlocutor, Ngaba-Waye aponta como objetivos futuros ampliar as mídias de divulgação de conhecimento arqueológico (explorando filmes, teatro, e mídias audiovisuais) e estimular a consciência, entre africanos, das contribuições deste tipo de pesquisa para o legado cultural africano (ELLISON et al., 1996, pp. 26-27). Larry Robbins, da Universidade do Estado de Michigan (E.U.A.) traz a experiência, em Botsuana, de um programa do Museu Nacional e da Galeria de Arte de Botsuana, *Pitse ya Naga*, que visita escolas locais e a distribuição de um jornal para o público escolar, colocando resultados de pesquisas disponíveis para a população na sua própria língua (ELLISON et al., p. 23). Ann Stahl (ELLISON et al., 1996, p. 15-18) coloca o crescente interesse pelos resultados das pesquisas em arqueologia africana a partir do multiculturalismo nas universidades estadunidenses, criticando os cânones curriculares ocidentais e buscando incluir perspectivas negligenciadas dentro das academias. O componente afrocentrado deste debate, na perspectiva da autora, busca dialogar com a obra de Cheikh Anta Diop, mas não há registros, para ela, de que outras maneiras e a partir de quais outros autores este diálogo ocorre (ELLISON et al., 1996, p. 18).

Como Adoun Ngaba-Waye, outros autores tentam trazer para o presente os questionamentos que orientam as pesquisas arqueológicas, e defendem o papel destes estudos na solução de problemas atuais. Larry Robbins (ELLISON et al., 1996, pp. 26-27) afirma que arqueologia africana poderá posicionar-se mais quanto a problemas contemporâneos de

exploração ambiental, por exemplo). Também é o caso de Susan Kent (ELLISON et al., 1996, p. 23-26), defendendo o uso da etnoarqueologia para responder problemas de desigualdade política e social, a autora cita um trabalho realizado por Steven Brandt, da Universidade da Florida, que busca examinar o uso de determinadas espécies de plantas climaticamente resistentes por um grupo etíope buscando avaliar a viabilidade de aplicar tais espécies a áreas de seca e escassez.

Podemos, ainda, refletir sobre quem são os sujeitos que estão pesquisando arqueologia africana, na perspectiva destes autores, para quem dirigem-se, em seus textos, como quando, no caso de James Elisson e Peter Robertshaw (ELLISON et al., 1996), escolhem usar o pronome “nós”, ao indicar caminhos e apontar problemas. James Elisson deixa claro, ao posicionar a arqueologia africana, na sua perspectiva, como uma disciplina acadêmica *western-dominated* (Id. p. 5). *A African Archaeology Review*, publicação estadunidense pela Springer, em edição desde 1983, foi, na pesquisa de artigos exposta no Capítulo 3 deste trabalho, a publicação que menos apresentou autores nigerianos nos últimos 10 anos. Apenas um arqueólogo publicou em suas páginas neste período, o atual editor chefe da revista, Akinwumi Ogundiran. Assumindo o posto em abril de 2019, indica, no editorial de apresentação, que o quadro poderá mudar nos próximos anos (OGUNDIRAN, 2019).

Os autores acima expostos apresentam posicionamentos diversos sobre temas recorrentes na prática da disciplina, como a divulgação científica em mídias africanas, a interdisciplinaridade, os conflitos com contextos políticos adversos, as políticas de financiamento de pesquisas e o papel da disciplina em questões políticas e sociais da atualidade. Algumas destas questões dialogam com as preocupações trabalhadas por Toyin Falola quanto ao exercício das humanidades na África (FALOLA, 2016). Quando se pauta a necessidade de ampliar o quadro de arqueólogos africanos para os estudos no continente, como feito por Segobye, Sahnouni, Naga-Waye, Kent e Mcintosh (ELLISON et al, 1996), não se compreende que exista uma essência compartilhada por todo e qualquer intelectual africano mas se coloca em pauta a necessidade da retomada do poder de definição, nos termos de Falola (2016). O colonialismo e o capitalismo globalizado exercem uma violência a partir da privação do poder de definir a valoração e o sentido das coisas,

não se trata de um objeto tangível, porque é invisível e sutil, é o poder de definir. Quem quer que o tenha, terá poder sobre outras coisas, uma vez que pode ser usado para transformar o que é positivo em negativo, o que é local em



universal, espalhar e semear a própria cultura e religião, se transformar no centro do mundo (FALOLA, 2016, p. 113).

Contudo, para que se estabeleça o poder de definição é preciso estabelecer o papel fundamental das ciências humanas no continente, exercício muitas vezes prejudicado pelos contextos políticos em conflito com o subdesenvolvimento e escassez de recursos, problema tão evocado pelos arqueólogos africanistas acima. Alguns questionamentos sobre a prática arqueológica apontados perpassam os pontos trabalhados por Falola nesta publicação sobre a prática das ciências humanas na África, nos lembrando que a arqueologia africana também se insere em um contexto mais amplo de estudos de ciências humanas, que vêm sendo pensados e reformulados a partir do continente, segundo os imperativos da comunidade local, como o autor propõe.

Desta forma, a partir da contextualização da trajetória da arqueologia no continente africano, das preocupações que colocam os africanistas para o presente e futuro da prática no continente e situando a área num debate mais amplo sobre os imperativos da prática científica africana, partimos para o estudo particular do contexto Iorubá. É interessante pensar nos pontos levantados pelos pesquisadores tendo em vista os próximos capítulos que serão trabalhados, e como o caso particular Iorubá da Nigéria irá dialogar diretamente com algumas inquietações colocadas. De maneira geral, uma série de pontos vislumbrados para o futuro da disciplina chegarão, talvez, atrasados, quando confrontados com a produção intelectual africana dentro da Arqueologia desde meados do século passado.

## CAPÍTULO 2 - A trajetória da arqueologia Iorubá nigeriana na segunda metade do século XX: a perspectiva de Akinwumi Ogundiran

Dentro das discussões previamente expostas sobre Arqueologia africana, situamos os estudos acerca da comunidade Iorubá Nigeriana como o foco de interesse desta pesquisa. Tendo em vista a complexidade da qual se trata definir a comunidade Iorubá, delimitaremos este recorte com um breve histórico deste grupo e partiremos para uma aproximação em relação aos debates que orientaram os estudos desta comunidade, a partir da obra do pesquisador Akinwumi Ogundiran. Em muitos momentos, as discussões que orientam as pesquisas na Nigéria irão acompanhar o panorama geral africano exposto no primeiro capítulo. Contudo, a partir da aproximação com este recorte específico, poderemos compreender melhor como estas relações foram estabelecidas e entrar nas particularidades que constituem o caso nigeriano. Um maior detalhamento das pesquisas que foram empreendidas e os principais projetos seria desejável, porém, a dificuldade de acesso à bibliografia, especialmente a bibliografia tradicional que o autor cita, referente aos anos 60, 70 e 80, limitou o contato direto com estes autores. Ainda assim, o autor utilizado como referência é um grande nome da arqueologia na Nigéria, com um campo muito vasto de pesquisas e publicações, sendo uma porta privilegiada a partir da qual podemos nos aproximar do caso nigeriano, e mais especificamente, de tradição Iorubá.

Os grupos Iorubás do sudoeste nigeriano protagonizaram processos complexos de urbanização, estratificação social, desenvolvimento de recursos tecnológicos e articularam-se em um conjunto de reinados que teve seu auge, aproximadamente, entre 1000 e 1600 D.C (OGUNDIRAN, 2005), período em que houve maior destaque na complexidade material destas sociedades. Os assentamentos tradicionais da população Iorubá não se encontram somente na Nigéria, ocupando também parte de Benin e Togo, além da sua comunidade ter se espalhado, ao longo do processo da Diáspora, por grande parte das Américas, em especial Estados Unidos, Brasil, Haiti e Cuba (AKINWUMITOYE, 2010). Neste trabalho trataremos especificamente de grupos da porção Nigeriana.

Situar a comunidade Iorubá em termos unificados/homogêneos é tarefa complicada, seja

estipulando uma região geográfica, uma unidade linguística, ou um componente étnico. A comunidade é diversa e é unificada a partir do tronco linguístico Iorubá. Ainda assim, esta é composta por mais de 30 subgrupos com dialetos e identificações próprias e, atualmente, atingindo uma população estimada entre 30 e 40 milhões de pessoas (AKINWUMITOYE, 2010). Os falantes de Iorubá da Nigéria atualmente ocupam os estados de Lagos, Ogun, Oyo, Osum, Ondo, Ekiti e partes de Kwara e Kogi, e costumam identificar-se a partir de cidades ou áreas geográficas específicas, a identidade Iorubá será mais comumente referenciada quando em contato com outros grupos étnicos (USMAN, 2012, p. 24). Retomando pontos que unificam a comunidade Iorubá, apesar da diversidade, Aribidesi Usman seleciona, entre outros, o ancestral comum *Oduduwa*, a sacralidade atribuída a Ile-Ife enquanto centro original de dispersão, saudações comuns, a tradição agrária em convívio com a alta urbanização, governos em formatos monárquicos, cultos como o de Ifa, divindades como Ogun e Shango e costumes tradicionais de sepultamento e casamento (USMAN, 2012).

Resgatando a história desde os primeiros assentamentos humanos até o período clássico dos reinados, é possível tentar compreender as múltiplas partes que compõem esta comunidade. Adebajji Akinwumitoye, em obra de 2010 que se dedica a apresentar a história da população Iorubá a partir de uma retomada das últimas pesquisas na área, traça a trajetória de origem e desenvolvimento destes grupos. Segundo o autor, a origem humana na região atualmente conhecida como Nigéria pode recuar em até 40 mil anos antes do presente, a partir de ondas migratórias vindas principalmente das regiões saarianas, ainda não desertificadas nesta época. Ao longo do processo de desertificação, há aproximadamente 5000 anos atrás, estas migrações teriam intensificado (AKINWUMITOYE, 2010). Em aproximadamente 4000 A.C., a sedentarização destes grupos humanos levaram a formação de comunidades com características distintas, linguísticas e/ou territoriais ( AKINWUMITOYE, 2010). De um centro de dispersão localizado ao redor da confluência entre os rios Níger e Benue, os grupos identificados com o tronco linguístico Iorubá teriam se espalhado ao longo de séculos em direção ao sul e ao oeste (AKINWUMITOYE, 2010). Nestas zonas, os grupos Iorubá em dispersão teriam se deparado com habitantes ali já estabelecidos desde, pelo menos, 7000 A.C., data do mais antigo registro humano encontrado em Iwo Eleru (FALOLA, 2008, p. 18). Por volta de aproximadamente 800 D.C, estas comunidades desenvolvem processos de urbanização e complexificação social centralizados ( FALOLA, 2008 p. 23), neste primeiro momento, a partir da cidade-estado de Ile-Ife, berço mitológico da cultura Iorubá. A partir de Ile-Ife, será desenvolvida uma zona de

influência Iorubá, que se expande pelo sudoeste nigeriano, e onde outras potências urbanizadas irão emergir, como o império de Oyo, em convívio nem sempre pacífico com outros grupos sob sua influência (USMAN, 2010).

Desta forma, os assentamentos Iorubás, foram de grande interesse para as pesquisas arqueológicas nigerianas, sobretudo pela complexidade tecnológica de seus vestígios materiais, lembrados pelas esculturas em terracota, metalurgia, produção de contas de vidro e características arquitetônicas das cidades clássicas como a pavimentação de vias públicas a partir de elaborados mosaicos feitos por cacos de cerâmica reaproveitados, identificados nas ruas antigas de Ile-Ife. A partir da retomada da trajetória de pesquisas sobre a tradição Iorubá, é possível entrar em contato com as tendências que permearam a disciplina nas principais instituições de ensino e ciência referentes a esta comunidade, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando a hegemonia colonial entra em colapso e uma trajetória autônoma de pesquisa emerge. Para esta retomada, partimos de algumas publicações de Akinwumi Ogundiran. O autor dedicou uma série de publicações a estabelecer um panorama analítico da construção teórica e metodológica da arqueologia nigeriana, com destaque para as regiões de tradição Iorubá, na qual o próprio autor teve sua formação acadêmica.

Akinwumi Ogundiran é um arqueólogo, historiador e antropólogo nigeriano, inicialmente formado bacharel em arqueologia da arte, na Universidade Obafemi-Awolowo, em Ile-Ife, seguido pelo mestrado no departamento de arqueologia e antropologia da Universidade de Ibadan e doutorado na Universidade de Boston, concluído em 2000. Ogundiran já lecionou na Universidade do Estado de Edo e na Universidade do Benin, ambos na Nigéria, e, atualmente, é professor de Estudos Africanos, Antropologia e História na Universidade da Carolina do Norte, E.U.A. (SMITH, 2014). Ogundiran critica o modelo tribal de história e o modelo estático de cultura que permeavam a imaginação popular e os estudos acadêmicos quando ingressa na carreira acadêmica. As linhas de pesquisa por ele adotadas abordam a história da comunidade Iorubá da África Ocidental e na Diáspora, focando em seus processos de emergência e desenvolvimento a partir da ação dos atores sociais em relação com a cultura material e paisagem. Para Ogundiran, a partir da arqueologia, é possível aprofundar uma perspectiva de longa duração temporal da população Iorubá. Uma de suas mais importantes obras é intitulada “Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora” (Indiana University Press, 2007), produzida em conjunto com Toyin Falola, fundamental para uma ponte entre estudos de arqueologia Africana e estudos de Arqueologia da Diáspora Africana realizados nas Américas. Em pelo menos três

publicações, Akinwumi Ogundiran dedica-se a construção deste panorama analítico do desenvolvimento da Arqueologia na Nigéria. Nestas obras, com enfoques diferentes, são traçadas tendências gerais dos principais debates sobre quais se ocuparam os pesquisadores ao longo da história da pesquisa arqueológica no país e que fundamentaram as problemáticas de investigação empreendidas.

As publicações referenciadas para este trabalho olham o tema sob recortes distintos. Em *Pioneers of archaeological thought and practice in postcolonial Nigeria* (2015), capítulo do livro *Theory in Africa, Africa in Theory*<sup>10</sup>, Ogundiran aborda o trabalho de três arqueólogos nigerianos pioneiros e cânones da intelectualidade nacional. O autor traz as aproximações e diferenças nas abordagens teóricas de Omotoso Eluyemi, Babatunde Agbaje-Williams e Bassey Andah que, a partir da sua inserção nas instituições de ensino e pesquisa do país, influenciaram gerações de pesquisadores. Destes, Omotoso Eluyemi e Babatunde Agbaje- Williams dedicaram-se em suas carreiras a pesquisar diretamente sítios arqueológicos da tradição Iorubá, enquanto os posicionamentos de Bassey Andah, ainda que não tenham sido diretamente engajados em sítios arqueológicos desta tradição, influenciaram e dialogaram uma geração de pesquisadores a partir de sua inserção, desde os anos 70, nos quadros da Universidade de Ibadan, capital do estado de Oyo. Em *Archaeology, Historiographic Traditions, and Discourse of Development* (2002), capítulo do livro de Toyin Falola *Nigeria in the Twentieth Century*, a produção científica é classificada, em termos mais generalizantes, em correntes de pensamento a partir de diferentes períodos da história nigeriana. Desta forma, os debates teóricos que permeiam a pesquisa arqueológica estão inseridos e diretamente envolvidos em distintos momentos do desenvolvimento social e econômico da Nigéria. Em *Four Millenia of Cultural History in Nigeria (ca. 2000 B.C.-A.D.1900): Archaeological Perspectives* (2006), artigo publicado na revista *Journal of World Prehistory*, o autor retoma quatro mil anos de história cultural nigeriana, defendendo um certo grau de coesão entre as diferentes regiões e populações que compõem o país, respaldando tal delimitação político-geográfica, e, regionalmente, destaca as pesquisas arqueológicas referentes aos diferentes períodos históricos, desde os primeiros habitantes humanos, passando pelos processos de sedentarização, formação de estado, até as relações transatlânticas, ressaltando as principais problemáticas e as principais lacunas de pesquisa.

Akiwumi Ogundiran define teoria arqueológica como:

---

<sup>10</sup> Editado por Stephanie Wynne-Jones e Jeffrey Fleisher e publicado pela editora Routledge.

a generalização, a partir de uma hipótese, especulação e explicação do que aconteceu no passado, como e porque aconteceu. Tais generalizações podem enfatizar a mudança e a continuidade nas formações sociais, culturais e nas relações materiais. A generalização pode estar baseada no sentido construído a partir das evidências materiais a disposição (artefatos e paisagem), ou em um posicionamento e projeção ideológica ou filosófica<sup>11</sup> (OGUNDIRAN, 2015, pág. 90, tradução da autora).

O autor também ressalta que nenhuma teoria pode estar removida do período e contexto social nos quais os teóricos estão incorporados e localizados institucionalmente. A história hegemônica da teoria arqueológica geralmente segue a trajetória do pensamento social ocidental, em um encadeamento de tendências a partir de Estados Unidos e Europa exposto à exaustão. O método descritivo-empírico do histórico- culturalismo domina a prática arqueológica até a institucionalização da disciplina como ciência, a partir dos anos 60, seguido pela corrente processualista, que passa a enfatizar a necessidade de construir modelos explicativos generalistas para a os processos de transformação cultural. Décadas depois, nos anos 80 e 90, o processualismo entra em embate com a corrente pós-processulista que defende o papel da agência humana e dos contextos sociais sobre os modelos generalistas (TRIGGER, 1989). Tal exposição das diferentes tendências teóricas, embora seja verdadeira para os casos europeu e estadunidense, não se aplica à experiência de outras partes do mundo. A tradição arqueológica Nigeriana, e, neste caso, referente à comunidade Iorubá, perpassa outras demandas, outros contextos de formação de pesquisadores e outras epistemologias que são delineados nas obras de Ogundiran.

Ainda que aborde o assunto por recortes distintos, é possível estabelecer pontos chaves para o panorama que o autor expõe. Estes pontos são recorrentes nas diferentes publicações e recebem especial ênfase pelo autor. São estas discussões que mobilizaram os pesquisadores e impactaram diretamente as pesquisas empreendidas, o tipo de resultado que buscavam, por que e para quem. Primeiro, a questão da arqueologia enquanto pesquisa histórica de longa duração, em oposição ao estudo de estruturas culturais estáticas, que se explicita na transdisciplinaridade entre Arqueologia, História e Antropologia. Logo, as abordagens frente à tradição oral. E, por último, as tecnologias tradicionais Iorubás, sob duas perspectivas, a busca pela formulação de hipóteses que expliquem as origens das principais inovações tecnológicas – as técnicas de representação de figuras em terracota, metalurgia e as recentes pesquisas em fabricação de vidro-

---

<sup>11</sup> No original: *theory, in archaeology, is a generalized hypotheses, speculation and explanation of what happened in the past, and how and why it happened. Such generalization may emphasize change and continuity in social and cultural formations and/or in material relations. The generalization may be based on the meaningfulness of evidence at hand – artefacts, landscape – or on ideological or philosophical position/projection* (OGUNDIRAN, 2015, p. 90)

e as abordagens etnoarqueológicas, que traçam correlações entre as permanências tecnológicas na cultura Iorubá atual, como ferramenta para expandir as possibilidades de pesquisa em relação a estas atividades no passado.

O início da prática arqueológica no país (assim como no continente) foi componente da experiência colonial e a arqueologia Iorubá não escapa desta trajetória. Pelo desenvolvido processo de urbanização e complexificação social que caracterizaram os reinados da comunidade Iorubá, os vestígios destas cidades foram muito visados pelos europeus colonizadores pelo valor artístico que lhe atribuíam. Os anos sob domínio colonial inglês foram caracterizados por saques de viajantes e descobertas ocasionais. A época que viu surgir uma maior preocupação com a pesquisa sistemática, com a criação e o incentivo de instituições que fomentassem as atividades, já testemunhava o declínio do aparato colonial e o processo de independência.

O caso dos saques do viajante, antropólogo e arqueólogo alemão Leo Frobenius a Ile-Ife ao longo da primeira metade do século XX, conforme narrado por Frank Willett em artigo de 1960, retomando a história da pesquisa arqueológica na cidade, é emblemático deste período. O viajante percorre o território e as proximidades de Ife a partir de 1910 em busca de “reliquias” que pudessem ser levadas para museus europeus. Frobenius estimula a população local a realizar escavações por conta própria, oferecendo-se para comprar os vestígios recuperados. Em descrição feita por Willett dos seus métodos de escavação, nota-se as diversas lacunas de registro da localização precisa dos achados, que são considerados exclusivamente pelos atributos estéticos (WILLETTT, 1960). A remoção de vestígios sem controle de metodologia e registro adequados é a destruição de grande parte da potencialidade destes enquanto fontes históricas. O caráter informativo dos artefatos arqueológicos concentra-se, em grande parte, em seus contextos deposicionais. Os anos de remoção destes vestígios a partir de um interesse puramente estético do aparato colonial, criam lacunas nas possibilidades investigativas para a história Iorubá.

A partir dos anos 1940, criam-se instituições como o *Antiquity Service*<sup>12</sup>, que estimulariam a pesquisa arqueológica pela Nigéria, colocando, por exemplo, arqueólogos para monitorar obras de infraestrutura em busca de artefatos (OGUNDIRAN, 2002). As primeiras escavações sistemáticas e metodologicamente coerentes nos sítios arqueológicos de tradição Iorubá foram realizadas a partir deste período por agentes do *Antiquity Service* ao longo dos anos

---

<sup>12</sup> A criação do *Antiquity Service* foi resultado da pressão de acadêmicos europeus integrantes da estrutura colonial nigeriana com objetivo de coletar e registrar obras de interesse artístico locais, assim como estabelecer museus pela Nigéria, seu primeiro diretor foi o britânico Kenneth Murray.

1950. A.J. H. Goodwin trabalhou a região de Benin em 1945, 1955 e 1956/1957 (GOODWIN, 1957), Frank Willett pesquisou Oyó entre 1956 e 1957 (WILLETT, 1960), Bernard Fagg, William Fagg e A. J. Goodwin pesquisaram Ile-Ife em 1953 e em seguida, entre 1957 e 1959, a cidade foi pesquisada por Frank Willett (OGUNDIRAN, 2015, pág. 91). Em reunião da *Federal Antiquities Commission*, em 1954, na qual compareceram representantes das principais universidades nigerianas, incluindo as de Ibadan, Ife e Lagos, foi estabelecida entre os participantes a demanda primordial da sistematização de cronologias de sucessões culturais (OGUNDIRAN, 2002, p. 16). Frank Willett, representa, de certa forma, esta nova etapa da pesquisa sob o aparato colonial. Inserido neste meio institucional promovido pelo sistema colonial, Frank Willett critica a falta de registro adequado das escavações de Leo Frobenius, defendendo um maior rigor científico nas atividades empreendidas mas demonstra que, a fase de institucionalização da prática da disciplina ao qual Willett insere-se, não elimina o caráter colonialista de seus agentes, sobretudo exposto quando o autor valida a hipótese Hamita como origem para a civilização Iorubá (WILLETT, 1960, pág. 232).

Ao longo dos anos 60, pós independência, nigerianos passam a ocupar cargos significativos nos quadros institucionais de pesquisa histórica e arqueológica. A predominância da pesquisa empreendida por arqueólogos europeus, contudo, seria subvertida apenas a partir dos anos 1970. Os pesquisadores nigerianos deste período, influenciados e em diálogo com as formações recebidas nos centros acadêmicos europeus, russos e estadunidenses, ainda assim discutiam constantemente a necessidade de trazer a arqueologia para as questões específicas do ambiente imediato que os cercavam, isto é, torná-la relevante para as demandas locais (OGUNDIRAN, 2002). Importante notar a ênfase dada por Ogundiran aos momentos em que cargos de direção em espaços científicos e acadêmicos são assumidos por nigerianos, no que se compreende uma virada epistemológica a ser refletida nestes espaços.

Em um primeiro momento, ao longo da construção de um Estado Nacional, estes pesquisadores, tanto arqueólogos quanto historiadores, dedicam-se à sistematização de uma história nacionalista, que firme as raízes da população na identificação com uma história a ser celebrada, subvertendo a narrativa colonial do passado. Em 1955, Kenneth Dike foi designado o primeiro nigeriano chefe do departamento de História na Universidade de Ibadan, capital do estado de Oyo, centro de tradição Iorubá. O acadêmico, junto com Saburi Biobaku, empreendeu esforços em descolonizar as narrativas historiográficas da Nigéria. Nas palavras de Akinwumi Ogundiran:



Este período testemunha o nascimento de uma história nacionalista acadêmica que, entre outras coisas, buscou refutar o negacionismo colonial de um passado africano glorioso e esforçou-se em demonstrar que as grandes civilizações do passado foram primordialmente produtos de iniciativas africanas, e que africanos eram capazes de governar a si mesmos<sup>13</sup> (OGUNDIRAN, 2002, p. 15, tradução da autora).

O autor, contudo, critica a concepção desta história nacionalista que lhe atribui a funcionalidade de meramente celebrar o orgulho nacional e forjar uma identidade unificada, com uma conotação de artificialidade. Os acadêmicos pioneiros do estado pós-colonial estariam integrados a percepções nacionalistas, mas, sobretudo, este momento deve ser compreendido como inserido nos imperativos de um contexto social específico, como qualquer outro. A pesquisa histórica e arqueológica empreendida no período tinha em mente, antes, contribuir ativamente para o cenário científico. O autor compara a arqueologia dos centros ocidentais, cujos debates teóricos inserem-se nos mesmos imperativos específicos que compõem determinados períodos (como grandes guerras ou os movimentos de direitos civis) e que são apreendidas dentro de suas complexidades (OGUNDIRAN, 2015).

Logo, a partir dos anos 60, em meio aos esforços empreendidos para fomentar a pesquisa científica nacional, a arqueologia é institucionalizada enquanto disciplina nas universidades. Nos anos de arqueologia colonial, a disciplina esteve inserida, principalmente, no campo da História da Arte, com sua atenção voltada para componentes estéticos e afastada da investigação dos processos históricos. Neste novo período, a arqueologia passa a inserir-se nos departamentos de História e arqueólogos são incorporados à projetos de pesquisa histórica multidisciplinares (OGUNDIRAN, 2002). A disciplina, até então um instrumento racista da colonização, deveria ser reapropriada enquanto instrumento de auto-conhecimento da população nigeriana. Um debate importante da época, que mobilizou discussões no meio acadêmico e é bastante enfatizado pela análise de Akinwumi Ogundiran, trata sobre a arqueologia estar inserida, ou mais intimamente relacionada, ao campo da História ou da Antropologia, como defendiam arqueólogos processualistas debatendo na mesma época, nos Estados Unidos.

Neste sentido, uma série de contextos e demandas específicas da pesquisa nigeriana contribuíram para uma forte defesa da arqueologia enquanto disciplina que aborda processos históricos de longo prazo a partir da cultura material. Ogundiran traz um importante artigo do

---

<sup>13</sup> No original: *This period witnesses the birth of an academic nationalist history that, among other things, sought to refute the colonial denial of the glorious African past and strove to demonstrate that the great civilizations of the past were primarily products of African initiatives and that African were capable of governing themselves* (OGUNDIRAN, 2002, p. 15).

historiador J. F. Ade Ajayi, de 1969, que defende a concepção histórica de que a colonização não representou uma profunda ruptura dos processos históricos da Nigéria. A afirmação não objetiva minimizar o impacto do domínio colonial, mas ressaltar a força das estruturas pré-coloniais, por entre as quais o domínio colonial precisou moldar-se sem conseguir romper completamente ou fundar estruturas inteiramente novas: “a experiência colonial na Nigéria foi culturalmente traduzida dentro das estruturas de instituições, costumes e herança nigeriana”<sup>14</sup> (OGUNDIRAN, 2012, p. 16, tradução da autora). A partir desta percepção rejeita-se, então, as divisões dicotômicas como pré-colonial e pós-colonial ou pré-história e história e busca-se construir uma narrativa contínua, com rupturas, mas também continuidades entre os períodos. Os arqueólogos dedicam-se a contribuir com o estudo da história das populações, trazendo perspectivas de longo prazo a partir de outras fontes que não a escrita. Pensar a disciplina enquanto possibilidade de resposta a questionamentos históricos ou antropológicos relaciona-se, para os debates desta época, a pensar as populações estudadas enquanto situadas em processos socialmente dinâmicos ao longo do tempo ou culturalmente estáticos. Em que pese o debate, a pesquisa arqueológica e, especialmente, a arqueologia Iorubá, é multidisciplinar em sua trajetória e dialoga com múltiplas áreas.

Os pioneiros da pesquisa arqueológica cujos perfis são elaborados por Ogundiran posicionam-se ativamente quanto a este debate. Em 1989, Olomotoso Eluyemi<sup>15</sup> localiza a arqueologia enquanto instrumento de pesquisa histórica:

O principal objetivo da arqueologia enquanto disciplina é estender os horizontes da história conhecida. A meta de uma arqueologia Iorubá é usar vestígios arqueológicos para interpretar a história ideológica e sócio-econômica das populações Iorubá...baseando-se em dados arqueológicos, etnográficos e históricos (tradições orais são incluídas aqui), em particular, é importante resolver problemas de cronologia na história Iorubá<sup>16</sup> (ELUYEMI, 1989, p. 207 apud OGUNDIRAN, 2015, p. 93, tradução da autora).

Babatunde Agabje-Williams<sup>17</sup>, ainda que metodologicamente muito próximo do

<sup>14</sup> No original: *colonial experience in Nigeria was culturally translated within the frameworks of Nigeria's institutions, customs and heritage* (OGUNDIRAN, 2012, p. 16).

<sup>15</sup> Omotoso Eluyemi é um dos cânones da arqueologia nigeriana apontados em “Pioneers of Archaeological Thought and Practice in Postcolonial Nigeria”, sua trajetória acadêmica inicia na URSS, em Moscou, nos anos 60, passando pelo Reino Unido e regressando para o Ph.D. em Moscou, em 1979 (OGUNDIRAN, 2015)

<sup>16</sup> No original: *the main objective of archaeology as a discipline is to extend the horizons of known history. The aim of a Iorubá archaeology is to use archaeological materials to interpret the socio-economic and ideological history of Yoruba people...based on archaeological, ethnographic and historical data (oral traditions are included here), in particular, it is important to solve problems of chronology... in Iorubá history* (ELUYEMI, 1989, p. 207 apud OGUNDIRAN, 2015, p. 93).

<sup>17</sup> Babatunde Agabje-Williams, outro pioneiro, foi o primeiro arqueólogo nigeriano a traçar sua trajetória

processualismo estadunidense, que situa a arqueologia enquanto antropologia do passado, também afirma a percepção de que a disciplina deve contribuir para a pesquisa dos processos históricos. Parte da formação de Agabje-Williams foi realizada nos Estados Unidos, onde a Nova Arqueologia trazia abordagens científicas para a formulação de modelos explicativos generalizantes sobre os sistemas culturais. Contudo, o pesquisador rejeitava grande parte dos princípios neo-evolucionistas<sup>18</sup> e o enfoque na elaboração de leis e modelos que orientavam as investigações. Para responder uma pergunta fundamentalmente histórica - a estimativa populacional da antiga sede do império Iorubá de Oyo em meados do século XVIII-, o pesquisador usou correlações etnográficas e projeções estatísticas, atingindo uma marca estimada de 140.00 habitantes. Na percepção de Ogundiran, o trabalho de Agabje-Williams exemplifica como a arqueologia nigeriana dos anos 80 dialoga com métodos processualistas interessados em processos situados historicamente (OGUNDIRAN, 2015). Em palestra na Universidade de Ibadan, em 2012, o pesquisador reafirmaria este interesse:

A arqueologia de Iorubalândia é essencialmente arqueologia histórica, porque segue os passos de nossos ancestrais na paisagem cultural Iorubá para identificar e interpretar vestígios arqueológicos com intuito de ter um melhor entendimento do nosso passado...Meu interesse sempre tem sido o de expandir as fronteiras da história e de investigar perguntas que historiadores não estão instrumentalizados para investigar, mas que são relevantes para o nosso entendimento do passado<sup>19</sup> (AGABJE-WILLIAMS, 2012, apud OGUNDIRAN, 2015, p. 95, tradução da autora)

Um componente fundamental para a pesquisa arqueológica Iorubá é a tradição oral da população local. Um tema recorrente de debate é a abordagem adequada a este tipo de fonte. Ainda no período colonial a tradição oral foi utilizada, principalmente, na identificação de possíveis sítios. Segundo Ogundiran, Ile-Ife possui um dos mais ricos e complexos conjuntos de tradições orais sobre o surgimento e desenvolvimento da cidade, tendo em vista que as dinastias estabelecidas ainda no primeiro milênio desta era mantêm-se ativas (OGUNDIRAN, 2005, p. 149). Frank Willett (1960), escreve sobre o histórico de pesquisas em Ile-Ife, e trata a questão da

---

acadêmica nos E.U.A., na Universidade de Beloit e na Brown University (OGUNDIRAN, 2015).

<sup>18</sup> O neo-evolucionismo se desenvolveu nos Estados Unidos nos anos 1960 enquanto forma da antropologia de um país dominante “naturalizar” posições de domínio a partir de perspectivas de evolução linear, contudo, concebendo o comportamento humano como essencialmente conservador, apresentando inovações apenas quando confrontados com mudanças externas (TRIGGER, 2004, p.. 285-286).

<sup>19</sup> No original: *the archaeology of Yorubaland is essentially historical archaeology, because it follows the footsteps of our ancestors on Yoruba cultural landscape to identify and interpret archaeological remains in order to have a better understanding of our past... My interest has always been to expand the frontiers of history and to investigate question that historians are not equipped to investigate but which are relevant to our understanding of the past* (AGABJE-WILLIAMS, 2012, apud OGUNDIRAN, 2015, p. 95).

tradição oral a partir da perspectiva eurocentrada. O pesquisador tece críticas, sugerindo o desconhecimento da própria tradição por parte da população local, ao constatar que diferentes lideranças religiosas atribuiriam diferentes identificações a determinadas representações rituais e constatar que inclusive o mesmo indivíduo teria diferentes respostas em momentos diferentes. O pesquisador não atribuiu o fato a um desejo de “enganar”, mas a uma legítima “confusão com a tradição” (WILLETT, 1960, p. 234). Neste caso, os dados da oralidade são utilizados de forma acrítica e diretamente confrontados com o registro arqueológico. Akinwumi Ogundiran reforça que esta abordagem é frequente e critica a falta de análise das particularidades deste tipo de fonte, que necessita apreender metodologicamente as especificidades da memória e narrativa humana. Para o autor, a oralidade é o registro dinâmico de tradições vivas que demandam interpretação e a compreensão das diferenças epistemológicas entre a natureza das fontes arqueológicas ou escritas e a oralidade (OGUNDIRAN, 2002, p. 20). Os dados da oralidade dialogam mais frequentemente com pesquisas arqueológicas direcionadas ao último milênio, tendo sido cruciais para as pesquisas sobre as formações estatais Iorubás (OGUNDIRAN, 2005), permitindo que a pesquisa se expandisse para além da materialidade, sobretudo diante da lacuna em registros arqueológicos que possam responder adequadamente alguns temas. Ogundiran destaca que através da oralidade, as formações estatais costumam ser explicadas a partir da ênfase em migrações, relações de conflito entre grupos e dinâmicas comerciais regionais (OGUNDIRAN, 2005).

Em 1971, Olomotuso Eluyemi elaborou um estudo de história oral destinado a mapear todos os sítios aos arredores de Ile-Ife que fossem relevantes para a memória social da população local (OGUNDIRAN, 2015). Segundo a análise de Ogundiran, o pesquisador sustenta que, para que a arqueologia tenha reflexos diretos na sociedade, é preciso construir uma tradição de intelectualidade enraizadas na realidade social e cultural que a cerca, e que esteja comprometida por demandas de relevância histórica imediata para a comunidade. Desta forma, sendo a comunidade Iorubá especialmente rica em tradição oral, uma vez que instituições dinásticas estabelecidas no primeiro milênio desta era são reatualizadas até hoje (OGUNDIRAN, 2005), a pesquisa deve estar comprometida com esta realidade. A oralidade está presente em sua obra na busca pelos significados funcionais de contextos arqueológicos específicos, seu maior interesse de pesquisa residia nas práticas culturais religiosas, como padrões de sepultamento. O pesquisador foi pioneiro em consolidar a fonte oral como instrumento metodológico da pesquisa arqueológica. Contudo, Ogundiran critica sua perspectiva estática de cultura em alguns pontos

de sua obra e a ênfase em dados intra-sítio para responder seus questionamentos, não explorando possíveis padrões regionais (OGUNDIRAN, 2005).

Durante o período colonial, a sofisticação artística e tecnológica Iorubá foi atribuída às perspectivas difusionistas e à teoria Hamítica, na qual grupos estrangeiros de origem afro-asiática e pele mais clara teriam migrado e conquistado a região no passado. Este tipo de explicação, conforme indicado, alimentava-se na ideia racista de uma superioridade do povos Hamitas (ou camitas), isto é, provenientes do Norte, e que sua migração e conquista seria o fator responsável pelas inovações tecnológicas dos Iorubás, que impressionaram os europeus colonizadores e não julgavam possível atribuí-las à história da população negra local. A questão da origem de inovações como agricultura, metalurgia, urbanização orientou pesquisadores desde a colonização, seja como instrumento de racismo científico, seja como ferramenta de afirmação. A partir dos anos 60, os arqueólogos das novas instituições nacionais buscam orientar pesquisas para a questão das origens étnicas nacionais e de tecnologias tradicionais como a fundição de ferro, as esculturas de terracota de Ife, entre outras, como fator de afirmação da sofisticação cultural local. As hipóteses levantadas ainda buscavam explicações em fatores externos, nas relações mantidas com populações do entorno do Nilo, por exemplo. O enfoque na dinâmica das relações com grupos externos como principais fatores de transformação, diante de uma crença de estagnação das estruturas locais, se encaixa na narrativa da colonização e da dinâmica colônia-metrópole, que mantém como principal fator desenvolvimento social a relação com o externo (OGUNDIRAN, 2002, p. 18-19). Para estudos do neolítico, pesquisas envolvendo a origem e antiguidade do cultivo agrícola do inhame e dendezeiro têm sido privilegiadas sobre pesquisas que abordam questões de migração e adaptação aos regimes climáticos instáveis das regiões de savana e floresta tropical que compõem o sudoeste da Nigéria, e estudos apontam para uma origem agrícola anterior a 4 mil anos A.P. (OGUNDIRAN, 2005). Para as áreas de tradição Iorubá, estes estudos estão associados ao registro de artefatos líticos lascados e machados polidos identificados como instrumentos de escavação para o cultivo e colheita do inhame (OGUNDIRAN, 2005). Nesta tradição de pesquisa, importa antes assegurar quão antigos são os processos de domesticação agrícola, do que a diversidade de técnicas e as transformações que estas sofreram ao longo do tempo.

Bassey Andah<sup>20</sup>, nos anos 90, critica o que ele crê ser um domínio epistemológico da

---

<sup>20</sup> Bassey Andah inicia sua trajetória acadêmica na Universidade de Ibadan, em 1964, passando pela Universidade de Londres e concluindo seu doutorado na Universidade da Califórnia, em 1973 (OGUNDIRAN,

antropologia anglo-americana. Ter como fundamento a busca pelas origens, seja da agricultura, metalurgia, urbanismo, sobretudo em um paradigma neo-evolucionista, em que tais dinâmicas de inovação social são meramente etapas localizadas numa linha evolutiva compartilhada pela humanidade, onde os grupos humanos devem posicionar-se a frente ou atrás, em geral cumpre uma agenda de pesquisa eurocentrada e pouco contribui para a compreensão da realidade Africana (OGUNDIRAN, 2015). Esta perspectiva parece bastante válida para os estudos de origem da manufatura do ferro, onde arqueólogos tendem a dispôr diferentes sítios nigerianos em uma espécie de corrida pela origem das técnicas (STAHL, 2008; OGUNDIRAN, 2005), sobretudo na Nigéria Central. A ausência de sítios de fundição de cobre leva, novamente, a interpretações difusionistas, partindo do princípio de que a fundição de cobre seria um pré-requisito básico para a fundição do ferro (OGUNDIRAN, 2005). Ogundiran coloca que esta perspectiva foi criticada por autores como Bassey Andah, que identificam múltiplos caminhos para a técnica de fundição de ferro e indicam a possibilidade de diversos focos de desenvolvimento independentes. Para o autor, múltiplas técnicas de metalurgia comporiam “um processo em mosaico no qual as iniciais experimentações e invenções locais independentes mais tarde se beneficiaram da circulação de inovações intercontinentais e transcontinentais” (OGUNDIRAN, 2005.).

Estudos que buscam identificar origens de técnicas endógenas específicas, a partir de métodos arqueométricos e etnoarqueológicos, por exemplo, podem abordar a questão das inovações tecnológicas sem, necessariamente, uma perspectiva linear de evolução. Ogundiran também destaca enquanto lacuna de pesquisa o fator dos recursos domésticos para os processos de estratificação social (OGUNDIRAN, 2005). Muita ênfase têm sido atribuída ao longo das trajetórias de pesquisa, à vestígios materiais de comércio externo como artefatos de ligas de cobre e contas de vidro europeu, nos processos de formação estatal, contudo, o autor acredita que a complexidade social estaria ligada, antes, ao monopólio dos recursos locais pela elite, do que pela inserção no comércio atlântico ou transaariano, que teria um papel secundário. Um exemplo deste tipo de abordagem é o caso referente à fabricação das contas de vidro nos arredores de Ile-Ife. A técnica de confecção das contas de vidro associadas a Ife em seu período clássico, conforme a hipótese tradicional, seriam derretidas a partir de vidro vindo do comércio transatlântico com a Europa, mas estudos arqueométricos da composição química das peças,

realizados por O. Akinwumilolu Ige, levam a crer que a técnica de confecção de vidro era provavelmente local (IGE et al., 2006 apud OGUNDIRAN, 2015), instigando uma série de novas possibilidades de entender a dinâmica social ao redor desta prática. As contas de vidro de Ife compunham o aparato material da distinção social dos reinados em ascensão da região de influência Iorubá, o controle deste recurso mantinha em Ife um caráter de soberania até meados do segundo milênio desta era (OGUNDIRAN, 2015), a hipótese de que tal artefato não seria reproduzido a partir do reaproveitamento de um bem adquirido via comércio externo, mas cuja técnica de produção fosse majoritariamente local, traz novas perspectivas na compreensão do seu papel para a dinâmica regional.

Análoga à abordagem da oralidade enquanto componente da pesquisa arqueológica, os usos da Etnoarqueologia, isto é, correlações entre estruturas socioculturais das comunidades contemporâneas com as do passado, também são fundamentais para uma arqueologia que, como defende Omotoso Eluyemi, deve estar inserida na realidade local e orientada pelo impacto direto na sociedade atual (OGUNDIRAN, 2015, p. 92). Os arqueólogos africanistas podem dedicar-se ao estudo das dinâmicas de mudança e continuidade na tecnologia, vida material e padrões de assentamento indígenas do presente não só para responder perguntas em relação ao passado, mas pela análise e registro destas atividades no presente como um fim em si mesmo. Ogundiran critica a abordagem historicamente direta que muitas pesquisas etnoarqueológicas tendem a adotar, considerando contínuas e sem ressaltar as dinâmicas que interferem e separam práticas distantes no tempo (OGUNDIRAN, 2005). O autor traz três maneiras frequentes em que ocorrem este tipo de estudo, quando orientado pelo objetivo de responder a problemas levantados pelos dados arqueológicos: pelo registro de características de assentamento e padrões de uso da terra, espaço doméstico e estratégias de subsistência; o estudo de formas e funções de categoriais materiais específicas, como a cerâmica, e processos industriais, como as etapas de tingimento de tecidos; e a arqueologia experimental, que consiste na tentativa de replicar tecnologias e atividades tradicionais para análise e registro (OGUNDIRAN, 2005). O foco nos padrões de assentamento, estratégias de subsistência e usos e funções do espaço produz registros em aspectos materiais e não materiais de organizações sociais, políticas e econômicas, que poderão ser correlacionadas com o registro arqueológico buscando novas perspectivas. Este tipo de estudo, utilizado para sítios em Oyo-Ife por Agbaje-Williams ao longo da década de 1980, também está em diálogo com a obra de Basseý Andah, a partir do foco de interesse nas interações entre populações e o espaço habitado, responsável por aprofundar o debate sobre ecologia na área (OGUNDIRAN,

2015). Um exemplo de aplicação da arqueologia experimental é o estudo empreendido por Babatunde Agbaje-Williams, reproduzindo os mosaicos de cacos de cerâmica reutilizados que pavimentavam as vias públicas de Ile-Ife, calculando que levaria em média 32 horas para que uma pessoa concluísse uma área de 2m<sup>2</sup> da pavimentação tradicional (estima-se que, pelo menos, 12km<sup>2</sup> da área da cidade fosse pavimentada desta forma), instigando questionamentos sobre o funcionamento de uma sociedade que empreendesse tão extensa tarefa (OGUNDIRAN, 2005, p. 154). Já o foco em categoriais materiais e tecnologias específicas (o fazer da cerâmica, os processos de lascamento nos artefatos líticos, por exemplo), é comum, porém, segundo o autor, com dificuldades na identificação das continuidades e rupturas que a atividade sofreu ao longo do período em que separa os registros, mas será de relevância social enorme para o campo de *Cultural Resources Management*, que irá compor universidades em Ibadan e Ife a partir dos anos 1980.

No início dos anos 80, o cenário econômico impactará o espaço acadêmico Nigeriano, trazendo novos imperativos. Ogundiran aborda a grave crise que será enfrentada pelos nigerianos. Se os anos 70 foram um período de auge da exploração do petróleo na Nigéria, no qual o Estado aumentou seus gastos, quando, no início da década seguinte, os preços despencam, o país fica gravemente afetado. Há, então, a implementação de um programa de corte de despesas, do qual as universidades sofrem um impacto imediato, e é necessário que investimentos em pesquisa e educação passem por um crivo rigoroso que justifique seu custo em tempos de cortes. Neste contexto, pesquisadores voltam-se para o estudo das sociedades tradicionais em busca de alternativas tecnológicas que contribuíssem para a superação da crise econômica. Um dos pontos culminantes deste período é a ascensão, na Nigéria da subárea de *Cultural Resource Management*. O desenvolvimento deste campo está associado, segundo algumas críticas, à desvalorização das ciências humanas, que precisam articular-se, em épocas de recursos escassos, aos projetos de desenvolvimento econômicos nacionais que justifiquem suas atividades, muitas vezes em perspectivas tecnocratas (OGUNDIRAN, 2008, p. 155; FALOLA, 2016, p. 104), contudo, seus impactos são diversos. A subárea destinada à gestão do patrimônio cultural associada a políticas de desenvolvimento econômico foi uma tendência global, contudo, na Nigéria, esta esteve particularmente associada à gestão de tecnologias endógenas. Neste contexto, a arqueologia irá desempenhar um papel fundamental, um marco deste período é a instituição das disciplinas *Cultural Resource Management* e Tecnologia e Cultura na Nigéria, em 1980, no Departamento de Arqueologia da Universidade de Ibadan (OGUNDIRAN, 2005). A disciplina é



colocada no centro do problema de subdesenvolvimento Nigeriano e as universidades em Ibadan e Ile-Ife estimulam os alunos a se dedicarem a pesquisas etnoarqueológicas que identifiquem e registrem as técnicas endógenas de ciência, arte e tecnologia, muitas das quais já estavam desaparecidas ou em vias de. Neste ponto, os arqueólogos nigerianos defenderam a integração de tecnologias tradicionais à todas as etapas do sistema educacional. Além do mapeamento e registro, do ensino destas técnicas do sistema escolar, também se recomenda a integração dos mestres tradicionais indígenas das indústrias mapeadas como professores em todas as etapas da escolaridade nigeriana, do ensino básico ao universitário, de forma que a confiança na tecnologia local seja restaurada e atualizada e a crise possa ser superada a partir de uma autonomia que é percebida no registro arqueológico e pode ser resgatada através dos saberes tradicionais. Neste contexto foi gestado um importante projeto, entre 1989 e 1991, por Alsswoth-Jones e A.K. Fatansia destinado ao mapeamento e compreensão da manufatura, função e papel social da cerâmica Iorubá (OGUNDIRAN, 2002), incluindo os dados de continuidade e ruptura do fazer tradicional da cerâmica. Um dos pontos do estudo foram os impactos de programas governamentais destinados a mulheres para a manutenção destas práticas, financiando empréstimos e estimulando a associação em cooperativas. Omotoso Eluyemi, por exemplo, tem um vasto trabalho de compilação de saberes tradicionais e os processos técnicos envolvidos, resgatado desde o registro arqueológico pré-histórico até os dias atuais e Bassey Andah (1990) posiciona-se neste debate declarando que: “*Cultural Resource Management* deve tornar-se não apenas o objetivo primordial para a arqueologia nigeriana, mas deve também ser a disciplina chave por excelência para a África do presente”<sup>21</sup> (ANDAH, 1990, apud OGUNDIRAN, 2015, p. 104, tradução da autora).

Contudo, Ogundiran (2015) critica algumas destas iniciativas. Ainda que seja uma trajetória que frequentemente manifesta sua preocupação com o que chama de “África autêntica”, e que teça críticas às categorias eurocêntricas de análise, não foi proposto um modelo significativo como alternativa. De modo que as categorias interpretativas e classificatórias continuaram, em alguma medida, tendo como base o pensamento europeu (OGUNDIRAN, 2015). Ogundiran aponta que em busca desta “autenticidade” a qual os pesquisadores se propuseram, faria mais sentido buscar, também, uma epistemologia local, tradicional, popular,

---

<sup>21</sup> No original: *Cultural Resource Management must become not only the primary goal for Nigerian archaeology but also must be the 'key discipline par excellence for the Africa of now* (ANDAH, 1990, apud OGUNDIRAN, 2015, p. 104)

que contribuísse com novas categorias de análise voltadas para esta realidade. Desta forma, a elite intelectual que gere este projeto falha em dar voz à comunidade para a qual, justamente, se centravam suas preocupações. Ogundiran aponta que, caso não seja aprofundada, as práticas conseguirão apenas que uma elite intelectual se projete nos debates acadêmicos internacionais, com menor permeabilidade dentro da cultura popular local (OGUNDIRAN, 2015).

Por fim, também cabe ressaltar que o autor aponta como uma tendência recente de estudos o desvio do foco dos grandes centros urbanos e grandes inovações culturais para sítios de assentamentos menores no interior e na periferia dos grandes reinos. Especialmente através dos estudos de Aribidesi Usman, Jonathan Aleru e David Aremu, que focam em assentamentos nas fronteiras da zona de influência Iorubá (OGUNDIRAN, 2005). Estas cidades mostraram-se diversas e compostas pela atividade de agricultores, comerciantes, artesãos, fundidores de ferro, ferreiros, oleiros, tintureiros e tecelões, entre outros. Os estudos que saem das grandes cidades e partem das relações entre assentamentos, trazem a Ogundiran, ainda, o questionamento se é válido o conceito de urbanização para o caso deste recorte e de que maneira ele ocorre, isto é, quais são as diferenças efetivas entre estes assentamentos periféricos e os grandes centros urbanos dos reinos Iorubás e se faz sentido pensar, de fato, uma dicotomia entre centro urbano e interior. O autor sugere uma maior exploração das investigações dentro da vida cotidiana destes assentamentos, ou seja, dentro das unidades habitacionais, para investigar a existência de um “estilo de vida” urbanizado particular (OGUNDIRAN, 2005). O deslocamento dos grandes centros para assentamentos de periferia e fronteiras também privilegia o estudo das relações entre grupos, fundamental para uma mudança de paradigma entre as concepções étnicas coloniais, na qual a percepção da comunidade Iorubá enquanto grupo homogêneo e geograficamente localizado, dá lugar para o estudo das relações e dinâmicas mantidas entre os diversos subgrupos que compunham o tronco linguístico (OGUNDIRA, 2002; USMAN, 2012).

Akinwumi Ogundiran acredita que a investigação arqueológica traz um contato privilegiado com as bases da sociedade envolvente, a partir dos métodos etnográficos, das tradições orais e da própria atividade de campo para a realização de pesquisas, frequentemente em áreas rurais, levando ao contato direto com a população cuja história se pretende escrever, fator essencial para a orientação da disciplina (OGUNDIRAN, 2002). Ao trabalhar a obra de Olomotoso Eluyemi, o autor destaca que o pesquisador instigava seus alunos a pensar a arqueologia em termos da sua relevância para as suas comunidades, para ele, “a teoria deve ser

direcionada pelo propósito e estas devem determinar o método”<sup>22</sup> (ELUYEMI apud OGUNDIRAN, 2015, p. 93). A consciência da indissociabilidade destas categorias permeia os diversos debates epistemológicos e metodológicos empreendidos nos estudos aqui trabalhados. O autor reconhece, portanto, que a trajetória de pesquisa aqui colocada não segue os roteiros prontos da teoria arqueológica. Inserido em um contexto pós-colonial, é fundamental que o pensamento arqueológico seja construído a partir de múltiplos caminhos, “tanto de dentro como de fora, às vezes fora do tempo e fora de sintonia com as praticadas nos espaços ocidentais” (OGUNDIRAN, 2015, p. 106).

---

<sup>22</sup> No original: *theory must be driven by purpose and these must determine method* (ELUYEMI apud OGUNDIRAN, 2015, p. 93)

### CAPÍTULO 3 - Debates contemporâneos. Arqueologia Iorubá em publicações de 2014 a 2019

Uma vez retomado em linhas gerais o contexto amplo do continente, ao longo de mais de um século e, depois, acompanhado a análise de Akinwumi Ogundiran (2002; 2005; 2015) sobre os grandes temas que orientaram a pesquisa da cultura material Iorubá, dentro do cenário sociopolítico nigeriano, podemos seguir para um estudo de pesquisas recentes, observando a inserção ou inovação destas em relação aos pontos que Ogundiran destaca e elabora. Para isto, parte-se de uma análise dos artigos publicados em dois importantes veículos da área de arqueologia Africana, nas edições entre os anos de 2014 e 2019, selecionando as pesquisas relacionadas às problemáticas da tradição Iorubá na Nigéria. Na trajetória explicitada a partir de Ogundiran, no capítulo anterior, fica evidente a dificuldade no acesso à grande parte da bibliografia citada pelo autor, sobretudo relativa ao trabalho de arqueólogos nigerianos da segunda metade do século XX. Tal dificuldade de acesso restringe os limites da pesquisa, e, assim, buscando um caminho de expandir o contato com a área, a seleção dos artigos disponíveis nas publicações recentes permite uma forma de aproximação direta com os projetos e discussões em curso. Cabe ressaltar que a articulação entre os artigos e o panorama explorado por Ogundiran não cumpre o objetivo de apenas contrapor, mas antes, expandir a análise proposta pelo autor e a possibilidade de explorar outros caminhos e interesses a partir deste tema.

Foram selecionadas, para análise, as publicações da *African Archaeology Review*, e o boletim da Sociedade de Arqueólogos Africanistas – *Nyame Akuma*, pela importante projeção na área<sup>23</sup>. Cabe, aqui, uma breve contextualização das publicações. A Sociedade de Arqueólogos Africanistas<sup>24</sup> é uma associação de pesquisadores interessados em arqueologia africana internacional, com membros da América, África, Europa e Ásia. O boletim *Nyame Akuma*, publicado duas vezes por ano, veiculado desde 1972, apresenta artigos categorizados por países africanos, trazendo uma ampla e diversificada gama de regiões de interesse dos artigos

---

<sup>23</sup> Aribidesi Usman (2016) destaca a importância das publicações, como veículo de pesquisas arqueológicas na área: *Journal of African History*, *African Archaeological Review*, *Journal of African Archaeology*, *South African Archaeological Bulletin*, *South African Journal of Science*, *Azania*, and *Nyame Akum*. Também destaca publicações africanas como: *West African Journal of Archaeology*, *Odu*, *Nigerian Heritage*, *Zambia Museums Journal* (USMAN, 2016, p. 318).

<sup>24</sup> As informações foram retiradas da página oficial da SAFA, <https://safa.rice.edu/>. Acesso em 10/12/2018.

publicados. A associação também articula conferências bienais, sediadas, desde 1996, entre Estados Unidos e Europa e inseriu suas conferências, em dois momentos, ao congresso Pan-Africanista (em 2010 e 2014). A inscrição na Sociedade é aberta aos interessados na área e o boletim *Nyame Akuma* é de livre acesso para membros. A inscrição também garante descontos na subscrição à outras duas das principais revistas na área, a citada *African Archaeology Review* e *Journal of African Archaeology*, a filiação à Sociedade é gratuita exclusivamente para africanos residindo no continente. Desde este ano de 2019, a edição da revista fica a cargo nacionalidade de Els Cornelissen, do Museu Real da Africa Central (Bélgica), e Liza Gijanto, nacionalidade, professora na St. Mary's College of Maryland (E.U.A.). Quanto a *African Archaeology Review*, esta é veiculada desde 1983 pela editora estadunidense Springer, e é uma das revistas de maior destaque no campo, com altos índices de impacto acadêmico, segundo os rankings de publicações científicas<sup>25</sup>.

Uma questão identificada na seleção de artigos e trazida pelo arqueólogo nigeriano Iorubá Aribidesi Usman (2016), ao narrar sua experiência acadêmica pessoal, é a dificuldade que pesquisadores nigerianos encontram para publicarem seus resultados de pesquisa nestas revistas de maior projeção global, enquanto publicações africanas menos conhecidas, que se apresentam como lugares privilegiados para o debate entre pesquisadores locais, lidam com preocupantes problemas de financiamento (USMAN, 2016, p. 318). Para as pesquisas em tradição Iorubá, Akinwumi Ogundiran (2015) destaca a predominância de projetos empreendidos por pesquisadores nigerianos, devido às condições ambientais destas regiões. Os climas secos da bacia do Chade, ao norte da Nigéria, privilegiam a conservação de artefatos de especial interesse para pesquisadores alemães e norte-americanos, concentrando ali uma boa parcela dos grandes projetos de pesquisa e criando, comparativamente, uma lacuna de financiamento para as regiões úmidas de savana e floresta ao sudoeste (OGUNDIRAN, 2015). Nas edições que compreendem o recorte temporal selecionado, apenas uma pesquisa foi veiculada pela *African Archaeological Review*, justamente de autoria de Akinwumi Ogundiran. A revista *Journal of African Archaeology* também foi analisada sem, contudo, apresentar nenhuma pesquisa relacionada a tradição Iorubá para este período. Já a *Nyame Akuma*, por outro lado, apresentou sete artigos publicados, todos de autores nigerianos<sup>26</sup>. Aribidesi Usman (2016) acredita na mudança de

---

<sup>25</sup> As informações foram retiradas da página oficial da SAFA, <https://safa.rice.edu/>. Acesso em 10/12/2018.

<sup>26</sup> Serão citados posteriormente neste capítulo, mas nomeadamente, são eles: Aderemi Ajala, Chinyere Ukpokolo, Samuel Ogundele, T. O. Olukole, Michael Oyinloye, Abidemi Babatunde Babalola e um artigo de autoria compartilhada entre R.A. Alabi, J.O. Aleru, A.O. Opadeji e Aribidesi Usman.

cenário e crê no aumento da publicação de pesquisas nigerianas nestes veículos, principalmente para o caso da *African Archaeological e Journal of African Archaeology*. Podemos voltar a mencionar que este ano, em 2019, Akinwumi Ogundiran assumiu o posto de editor chefe da primeira, cargo ocupado pela primeira vez por um arqueólogo nigeriano.

Partindo para a análise dos artigos, percebe-se uma variedade ampla de temas abordados. São relatórios preliminares e conclusivos de projetos, reflexões sobre teorias e métodos de análise e reflexões sobre gestão de patrimônio. Além da correspondência ou não com os pontos enfatizados ao longo do capítulo dois, seguindo o caminho das preocupações expostas pelos arqueólogos africanistas no Capítulo 1, buscarei observar quem são os autores, em quais instituições estão inseridos, quais são as formas através das quais seus projetos estão sendo financiados e as reflexões as quais se dedicam.

O artigo de 2014 de Akinwumi Ogundiran, publicado na *African Archaeology Review* – único artigo da publicação em cinco anos a abordar a comunidade Iorubá-, intitulado *The Making of an Internal Frontier Settlement: Archaeology and Historical Process in Osun Grove (Nigeria), Seventeenth to Eighteenth Centuries* analisa o assentamento da antiga Osogbo, enquanto unidade de fronteira, a partir da crítica ao modelo de estudos de fronteira proposto pelo antropólogo Igor Kopytoff. O modelo de Kopytoff pauta, segundo Ogundiran, a análise da fronteira a partir de relações que partem da metrópole em direção às periferias. Contudo, o estudo do sítio arqueológico da antiga Osogbo<sup>27</sup> traz novas perspectivas sobre a dinâmica da comunidade fronteiriça Iorubá. A metodologia aplicada levou em conta abordagens diversificadas, os dados arqueológicos foram resgatados tanto levando em conta a sequência deposicional, quanto o layout espacial do sítio, as análises tipológicas dos vestígios materiais e a as fontes orais da comunidade local. Em 2005, como destacado no capítulo anterior, o autor (OGUNDIRAN, 2005) salienta uma tendência em ascensão nos estudos sobre dinâmicas de urbanização, na qual pesquisadores vêm alterando o enfoque de seus estudos. Do estudo das grandes metrópoles, como estabelece a agenda imediatamente pós-independência, há um deslocamento de interesse para assentamentos rurais e fronteiriços e a interação entre os diferentes tipos de espaço (OGUNDIRAN, 2005). O argumento elaborado pelo estudo de caso do sítio de Osogbo Antiga confronta a percepção de Kopytoff de que as fronteiras replicam, com algumas alterações, as estruturas da metrópole que ali chegam através de conquistas ou migrações e a ênfase colocada

---

<sup>27</sup> *Early Osogbo*, no original. O assentamento seria o local ancestral da moderna cidade de Osogbo, na Nigéria.

ao caráter agrícola das comunidades de fronteira (OGUNDIRAN, 2014). Neste caso, a diversidade dos vestígios encontrados aponta para uma população que se dedica a múltiplas ocupações e que se insere numa rede muito mais complexa de influências. A cultura material de Osogbo Antiga demonstra atividades agrícolas e de caça associadas à manufatura especializada de artefatos e à inserção em rotas comerciais de longa distância. Foi também identificado a produção local de vidro para contas e guias, o único sítio além dos arredores de Ife em que tal técnica foi observada (OGUNDIRAN, 2014). Ainda em 2005, Ogundiran enfatizava o estudo da manufatura do vidro para o caso de Ife como importante ruptura com o paradigma de que a fabricação de contas derivava apenas da reciclagem de vidro europeu (OGUNDIRAN, 2005) sendo o item um importante adereço para as dinastias Iorubás, o controle deste recurso reposiciona o papel de um assentamento fronteiro nas dinâmicas comerciais regionais. Relacionando-se aos pontos abordados no capítulo anterior, percebe-se a crítica do autor ao que considera a ausência, no histórico de pesquisas arqueológicas, dos aspectos vida cotidiana dos agentes sociais. Quanto aos estudos de urbanização, o mesmo critica o foco nas escavações dos sistemas de muralhas das grandes cidades e indica a necessidade de escavações concentradas no interior das unidades domésticas (OGUNDIRAN, 2005). No projeto coordenado para a antiga Osogbo, a análise das funcionalidades cerâmicas a partir dos diferentes diâmetros de bordas, orienta o autor a responder perguntas sobre as dinâmicas alimentares dentro dos espaços domésticos, trazendo noções de rituais alimentares elaborados, percebidos através da variabilidade de formas dos recipientes cerâmicos, como indicativo de uma relativa estabilidade da vida familiar no assentamento (OGUNDIRAN, 2014).

Partindo para uma questão mais logística, o projeto empreendido no sítio de Osogbo Antiga, intitulado *The Upper Osun Archaeological and Historical Research Project*, contou com o apoio financeiro de diversas instituições internacionais, conforme enunciado nos agradecimentos (OGUNDIRAN, 2014, p 22). Os artigos veiculados através da *Nyame Akuma* também trazem alguns indícios das práticas de financiamentos de pesquisa. O artigo *Digging Facts Through Tape-recording and Trowel: an Archaeological Study of Owu in Southwestern Nigeria*, de 2014, por Aderemi Ajala, da Universidade de Ibadan, em particular, traz uma enunciação mais elaborada dos caminhos pelos quais atravessam o financiamento de projetos em arqueologia Iorubá na Nigéria. O autor coloca o início do trabalho a partir das seguintes etapas: captação de recursos de agências corporativas, o registro de estudantes para a etapa de campo e captação de doações pessoais de membros da equipe do Departamento de Arqueologia e

Antropologia da Universidade de Ibadan. Também o apoio do Centro de Artes e Cultura Africanas Negras (CBAAC), em Lagos, foi significativo. O CBAAC, a partir da atuação do seu diretor, então professor de História na Universidade de Lagos, consolida-se enquanto instituto apoiador de projetos em estudos culturais inovadores na Nigéria. Para o autor, tal apoio é indissociável de estar à frente destes institutos direções cuja trajetória profissional esteja compatível com as demandas apresentadas, e critica as políticas governamentais atuais de nomeação destes cargos. A enunciação dos problemas pelos quais se deparam os articuladores do projeto de pesquisa ao longo do corpo do texto do artigo, interessante porque incomum neste tipo de publicação, contribuem com as reflexões que vêm sendo apresentadas ao longo desta monografia, buscando pensar a produção científica a partir de contextos sociopolíticos, especialmente nos caminhos da arqueologia Iorubá, e demonstrando a importância que o próprio autor também atribui a este tipo de questão.

O projeto mencionado acima, através do qual foi realizado o estudo de Ajala (2014)<sup>29</sup>, proporcionou, ainda, outro artigo publicado no mesmo ano pela pesquisadora Chinyere Ukpokolo (2014), que será retomado mais adiante. Os interesses que envolvem o estudo da comunidade de Owu também rompem com a noção de identidade étnica nos termos propostos pelo colonialismo, que privilegia uma identidade Iorubá coesa e dominante sobre as identidades locais dos subgrupos como Owu, Igbomina, Osogbo, e tantos outros (OGUNDIRAN, 2002; USMAN, 2012; AKINWUMITOYE, 2010). O deslocamento da análise para as construções identitárias que compõem, horizontalmente, a diversa comunidade Iorubá, analisando alianças e conflitos entre grupos tenta reconstruir uma história coerente com os processos vivenciados por estas populações. Chinyere Ukpokolo (2014) questiona o predomínio de pesquisas sobre Ife e Oyo, como se estes representassem toda a trajetória da comunidade Yorubá e afirma o interesse de antropólogos e arqueólogos em participar e se envolver com questões que contestam a construção do nacionalismo (UKPOKOLO, 2014, p. 37). Retomando o trabalho de Aderemi Ajala (2014) sobre a comunidade Owu, o autor apresenta as metodologias aplicadas na investigação da construção da identidade desta população, a partir dos conflitos que levaram a comunidade de Owu a migrar do seu assentamento tradicional, no séc. XIX, com ecos para as relações entre grupos até os dias de hoje. Os objetivos envolvem o registro de memórias e tradições da

---

<sup>29</sup> Trata-se do projeto desenvolvido em 2011 pelo departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Ibadan, na Nigéria, intitulado *Migration and Settlement: Contested Origin and Diasporic Identity of Owu People in Southwest Nigeria*.



comunidade de Owu e a identificação do local de assentamento original, anterior à migração do século XVIII, tendo em vista que a partir desta data houve um processo de dispersão da comunidade por outros locais. O autor destaca, teórica e metodologicamente, a importância de abordagens interdisciplinares, em que pese as limitações burocráticas ainda presentes, para o caso de Ibadan, na articulação de trabalhos com esta característica. A experiência exposta se dedica a enfrentar esta questão e expõe os desafios práticos e resultados positivos. Para a seleção de estudantes que comporiam o grupo de campo, a lista foi estendida a diversas outras áreas, como botânica, linguística, e artes cênicas. O tema nos remete às discussões empreendidas pelos pioneiros da arqueologia nigeriana Bassey Andah, Olomotoso Eluyemi e Babatunde Agabje-Williams, que debatem o posicionamento da disciplina entre as áreas da história e antropologia (OGUNDIRAN, 2015; 2002). Ainda que a discussão que motiva os autores seja, como visto anteriormente, muito mais complexa, as perspectivas de interdisciplinaridade, sobretudo a defesa teórica que o autor elabora, contribuem para esta reflexão.

Outro resultado preliminar deste mesmo projeto foi o trabalho da arqueóloga Chinyere Ukpokolo (2014), *Collective Memory and Oriki in the Context of Owu Origin, Southwest Nigeria*. Seguindo o mesmo objetivo de investigar a construção da identidade da comunidade de Owu, este recorte de estudo parte de uma abordagem etnográfica. Neste trabalho Ukpokolo, escreve a partir de entrevistas com a comunidade de Orile-Owu, uma das várias que reivindicam a ancestralidade direta do assentamento original, a autora analisa os Oriki, poemas de elogio tradicionais Iorubá, para investigar as memórias de origem daquela população. Os oriki são narrativas poéticas orais que narram histórias, características e outros atributos, podendo referir-se a cidades, linhagem e personalidades individuais. São componentes muito presentes na sociedade Iorubá podendo ser referenciados como saudações, parabenização ou piada. A partir da discrepância entre os dados da oralidade local e pesquisa histórica, a autora elabora uma discussão sobre o papel da memória e sua relação com o conceito de “verdade objetiva” (UKPOKOLO, 2014, p. 41). Quando Ogundiran (2002) coloca a necessidade de complexificar as abordagens em história oral levadas por arqueólogos, o autor critica percepções de oralidade como registros literais, e entende que devem ser interpretados em suas especificidades metodológicas, como qualquer fonte histórica. Supostas incoerências ou heterogeneidades no registro oral tradicional foram percebidas, por arqueólogos do serviço colonial, como uma falha e desconexão de memória da população local (WILLETT, 1960). A discussão trazida por Ukpokolo (2014) se relaciona com esta questão, desenvolvendo uma reflexão sobre o papel da

memória e oralidade na reconstrução histórica, lembrando que a seleção que o pesquisador realiza a partir do que lhe é informado também tem sua carga de subjetividade e deve ser levada em conta. Como coloca a autora, a memória não é sacrossanta, e seu processo é seletivo. Através desta, o passado é invocado para dar sentido ao presente. Importa, no uso da tradição oral para reconstrução do passado, as construções que os grupos elaboram sobre si mesmos e sua incorporação aos artefatos, valores, normas, atitudes, rituais, cerimônias, símbolos e simbolismo (UKPOKOLO, 2014). Anterior ao trabalho de Ajala (2014) e Ukpokolo (2014), Samuel Ogundele, também da Universidade de Ibadan publica, em 2010, o artigo *Owu History in an Ethnoarchaeological Perspective*, inserindo-se no mesmo espectro de debates, com destaque para uma elaboração mais aprofundada do método etnoarqueológico e dos usos das fontes orais associadas a escavações arqueológicas. Ogundele (2010) ressalta que a associação entre registros mostrou diversos aspectos de continuidade entre as práticas observadas através de dados arqueológicos e as práticas registradas entre a comunidade de Owu-Olire nos dias atuais. É interessante notar que Samuel Ogundele realiza escavações em Owu-Orile sem colocar em debate, como os outros autores colocarão a partir do projeto de 2014, a veracidade da reivindicação de assentamento original que, como colocarão os autores mais tarde, não é a única. Com quatro anos de diferença entre as publicações, pode-se notar uma diversidade de narrativas comunitárias impactando os interesses e metodologias de pesquisa.

Uma outra temática foi abordada nas páginas da *Nyame Akuma*, ao longo destes cinco anos, e dialoga com as análises de Ogundiran (2002; 2005; 2015). Trata-se da possibilidade de vincular resultados de pesquisas arqueológicas às políticas de turismo regionais. O artigo de Ogundele (2010) mencionado acima faz esta correlação enquanto uma das justificativas e potencialidades do seu projeto. O assunto é abordado mais explicitamente por T. O. Olukole (2014), da Redeemer's University, em Lagos. As interfaces entre a pesquisa arqueológica e as políticas de incentivo ao turismo motivam o artigo *Updates on Archaeological Investigations in Oyo-Ile and Badagry Heritage Sites, Southwestern Nigeria: Implications for Tourism Development*. Olukole (2014) parte da retomada do contexto de pesquisas nos arredores da cidade antiga de Oyo, sede do clássico reinado Iorubá que teve seu auge entre os séculos XV e XVIII, e da cidade costeira de Badagry, relacionada, principalmente às dinâmicas de escravização e comércio de pessoas através do atlântico, trajetória que é, contudo, questionada pelo autor, buscando dados da história desta comunidade para além das rotas do atlântico. O autor orienta olhar que parte do histórico de investigações realizadas nestas localidades para as potencialidades

de usos públicos e visitação que os sítios poderiam apresentar, associados às reconstruções históricas que respaldariam. Trabalhos seus anteriores, de 2008 e 2013, dedicam-se ao mapeamento de sítios com potencial turístico e arqueológico para subsidiar projetos futuros. É possível situar o diálogo entre dois potenciais tão distintos com o histórico de posicionamento da disciplina arqueológica no centro dos debates sobre desenvolvimento econômico na Nigéria. Esta tendência é trazida por Ogundiran a partir da crise econômica dos anos 80 e do subcampo de *Cultural Resource Management*, como elaborado anteriormente (OGUNDIRAN, 2002; 2005). Ainda que por uma perspectiva não enunciada nos trabalhos do autor, neste caso, o turismo<sup>30</sup>, o pensar de uma prática arqueológica em diálogo com políticas de desenvolvimento econômico, especialmente a partir da gestão de recursos culturais, está, possivelmente, acompanhando os ecos destes debates que colocam a prática científica em uma agenda de resposta a questões políticas, econômicas e sociais imediatas da sociedade atual (OGUNDIRAN, 2015).

Um outro desdobramento de reflexões sobre patrimônio arqueológico, ausente, neste caso, do panorama exposto no capítulo anterior, é trazido por Michael Oyinloye (2014). Integrante do departamento de Arquitetura e Design da Olabisi Onabanjo University, o autor aborda a preservação dos vestígios arqueológicos musealizados a partir de uma discussão sobre práticas de conservação (OYINLOYE, 2014). A curadoria de acervos arqueológicos não é enunciada diretamente nas análises de Ogundiran (2002; 2005; 2015), tampouco nas discussões trazidas nesta monografia sobre o contexto geral de pesquisas do continente africano. As interfaces entre pesquisa arqueológica e métodos de conservação de acervo, sobretudo sob uma perspectiva em que estas áreas sejam operadas em conjunto, é ainda um assunto em desenvolvimento. Tendo em vista esta lacuna, o estudo de Oyinloye (2014) sobre práticas de conservação para as esculturas de pedra-sabão do Museu Nacional de Esie ajuda a situar estes debates na perspectiva particular da curadoria de vestígios arqueológicos da cultura Iorubá. O Museu Nacional de Esie foi o primeiro fundado pelo serviço colonial em 1943 e seu acervo é reconhecido pelas mais de 800 esculturas humanas em pedra-sabão resgatadas na região. Trata-se da segunda maior coleção de esculturas em pedra do mundo. Apesar da importância do acervo, Oyinloye (2014) manifesta preocupações quanto aos espaços de guarda do Museu, e condições inadequadas de infra-estrutura. O pesquisador salienta a importância da conservação preventiva,

---

<sup>30</sup> Uma outra associação clara entre pesquisa arqueológica e desenvolvimento econômico a partir do turismo enquanto desdobramento do campo de *Cultural Resource Management* é observada por Cristopher DeCorse (ELLISSON et al., 1996) e mencionada no primeiro capítulo.

a partir do controle de variáveis do ambiente, que evitam possíveis danos, em detrimento das práticas de conservação interventivas, que atuam sobre danos já existentes. Oyinloye destaca a importância de engajar-se no debate sobre preservação de acervos, uma vez que as condições de infra-estrutura as quais está sujeita a segunda maior coleção de esculturas em pedra do mundo, no museu mais antigo da Nigéria, é sintomática de um contexto preocupante. Assim, o autor afirma que enquanto não se debatem a fundo estas questões, a herança cultural nigeriana está sendo transferida para instituições no exterior, sob pretexto de melhores condições de preservação (OYINLOYE, 2014).

Salienta-se, por fim, a correspondência entre as preocupações apontadas por Akinwumi Ogundiran (2002; 2005; 2015) e as preocupações manifestadas pelas pesquisas veiculadas recentemente em publicações da área, permitindo expandir alguns pontos e observar algumas lacunas. Chamam atenção, especialmente, as discussões em torno da maneira mais apropriada em se trabalhar a interdisciplinaridade, a partir de métodos etnoarqueológicos e interpretações de fontes orais. Dois artigos (ALABI et al., 2009 e BABALOLA, 2011) relatam prospecções e sondagens de teste, elaborando análises a partir de um conjunto limitado de vestígios e buscando contribuir com o mapeamento e incentivo de novas pesquisas, não sendo possível elaborar interpretações mais complexas a partir destes estudos preliminares, contudo de fundamental importância para a compreensão dos potenciais arqueológicos destas regiões. Uma questão onipresente nas pesquisas, desde os saques de Leo Frobenius (WILLETT, 1960), até os estudos aqui apresentados, de alguns anos atrás, é a necessidade do diálogo com as lideranças políticas e religiosas Iorubá regionais, para que os trabalhos de campo possam ocorrer. Sem a ciência e a permissão destas lideranças, a partir de um processo de negociação entre as partes<sup>31</sup>, os pesquisadores não poderiam circular ou realizar intervenções em determinadas áreas. Desta forma, a partir da análise de cinco anos de publicações sobre cultura material Iorubá em duas revistas importantes de arqueologia africana, apesar do recorte reduzido em função do espaço da monografia, pode-se contornar as dificuldades de acesso à bibliografia entrando em contato com autores e temas contemporâneos, articulando-as com o contexto geral de Akinwumi, expandindo as linhas gerais por ele traçadas e trazendo pistas de caminhos por onde aprofundar novas análises.

---

<sup>31</sup> Além do fato ser mencionado de forma mais ou menos sucinta em todas as pesquisas levantadas, Aribidesi Usman traz um exemplo prático deste tipo de negociação sob a perspectiva de um arqueólogo Iorubá, e as implicações das relações hierárquicas estabelecidas (USMAN, 2016, p.321).

## CONCLUSÃO

Assim, percorremos um caminho que parte de um amplo panorama, do qual selecionamos recortes, abordando particularidades que nos permitam compreender aspectos do nosso interesse direto de estudo. O contexto geral africano de desenvolvimento da disciplina ao longo dos séculos XIX e XX nos permite situar os impactos de determinados processos históricos comuns na prática científica no continente. As bases racistas pelas quais se firmam a área ao longo da colonização são ressignificadas pelos intelectuais da pós-independência, a partir de um efeito de reação e exaltação da trajetória cultural africana, sem abandonar a perspectiva evolucionista, mas inserindo o continente numa posição destacada desta cadeia linear. Neste sentido, os grandes temas de pesquisa na África do último século dividiram-se entre os vestígios das grandes civilizações urbanizadas, como registro da sofisticação cultural africana, e os estudos de Idade da Pedra, a partir de uma dissociação paradoxal, na narrativa da origem da humanidade, incontestavelmente africana, com a história das populações africanas atuais. Assim, ao articular as preocupações e questões levantadas nas últimas décadas por arqueólogos africanistas, fica evidente a necessidade, pautada por intelectuais africanos, de colocar os estudos *sobre* a África inseridos em uma agenda de demandas científicas e epistemologias que surgem *a partir* da África, a partir do engajamento com esta realidade social que os pesquisadores africanos trazem (HONTUNDJI, 2008; FALOLA, 2016). Desta forma seria possível a rearticulação de uma disciplina historicamente colonialista enquanto ferramenta de auto-conhecimento e auto definição. De fato, podemos dizer que esta rearticulação já está em curso, pelo menos, desde a segunda metade do século XX, como mostram os trabalhos de Akinwumi Ogundiran e dos demais pesquisadores nigerianos estudados.

A aproximação com a obra de Ogundiran e suas interpretações sobre a trajetória particular da disciplina arqueológica nos estudos da comunidade Iorubá nigeriana nos permitem entrar em contato com os principais debates e interesses que orientaram a pesquisa desta tradição. Vemos uma predominância de pesquisadores nigerianos, seja pela ênfase atribuída a estes pelo autor, seja pelo interesse de grande parte dos projetos internacionais por climas mais secos, com melhor preservação de vestígios do que o clima úmido das florestas e savanas da área de influência Iorubá nigeriana.

Alguns dos temas que pautaram as discussões entre arqueólogos foram as abordagens mais adequadas ao método etnoarqueológico, ao uso das fontes orais, a percepção da arqueologia enquanto pesquisa histórica de longo prazo, destinada a reconstrução de processos históricos (em oposição a sistemas culturais universais) e as construções de identidades e relações entre subgrupos étnicos e assentamentos Iorubás. A grande reflexão que parece pautar as discussões dos pesquisadores, e orientar a escolha de abordagens mais adequadas, é a questão da dinâmica entre continuidade e ruptura dos processos históricos das comunidades Iorubás. Sendo a tradição indígena tão presente e vivenciada na sociedade contemporânea nigeriana, levando autores locais a refutarem divisões como pré-colonial e pós-colonial, ainda assim, é preciso compreender as tradições em seus devidos processos, resgatando as mudanças no tempo e não escorregando em analogias diretas, que atribuem um caráter estático a estas estruturas. A partir destes desafios, os pesquisadores dirigem-se, sobretudo, a interdisciplinaridade da prática, que recorre a fontes e procedimentos diversificados, que possam dar conta da complexidade das tradições Iorubás no passado e no presente da sociedade nigeriana.

Busquei, assim, um caminho de entrada para esta área de estudos, a partir da delimitação de tendências de debates, reconhecimento de autores, instituições de ensino e pesquisa e projetos em pauta, apontando ênfases e lacunas, que possam servir de partida para novas e mais aprofundadas análises, contribuir para a discussão da prática arqueológica como um todo, e aproximar as pesquisas entre Brasil e a comunidade Iorubá africana.

## REFERÊNCIAS

AJALA, Aderemi S. *Digging facts and tape-recording: Archaeological Study of Owu in Southwestern Nigeria*. S.A.A, 2014.

AKINWUMITOYE, Stephen Adebajji. *A history of the Iorubá people*. Dakar: Amalion Publishing, 2010.

ALABI, R. A. et al. A hunter-gatherer community in the rain forest belt of southwestern Nigeria. *Nyame Akuma*. v. 72, p. 74-77, 2009.

BABALOLA, Abidemi Babatunde. Archaeological investigation at Ile-Ife, southwest Nigeria: a preliminary report on the 2010 test excavations. *Nyame akuma*. n. 76, p. 33-46, 2011.

BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black feminist archaeology*. Routledge, 2017.

CARLE, C. B.; SANTANA, I. A. de S. F.; OLIVEIRA, C. N. P. de. As cumplicidades racistas da arqueologia. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 12, n. 2[21], p. 71-90, 2018. DOI: 10.20396/rap.v12i2.8652808.

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal et al. *História geral da África, II: África antiga*. 2016.

ELLISON, James et al. The future of African archaeology. *The African Archaeological Review*. v. 13, n. 1, p. 5-34, 1996.

FALOLA, Toyin. Nacionalizando a África, culturalizando o Ocidente e reformulando as humanidades na África. In: LAVER, Helen; ANYHODO, Kofi (orgs). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, pp. 91-126, 2016.

FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt. *The Iorubá Diaspora in the Atlantic World: Methodology and Research*. The Iorubá Diaspora in the Atlantic World, p. 1-14, 2004

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. *A history of Nigeria*. Cambridge University Press, 2008.

GIJANTO, Liza A.; HORLINGS, Rachel L. Connecting African Diaspora and West African Historical Archaeologies. *Historical Archaeology* 46.2 (2012): 134-153. 2012.

GOODWIN, Astley John Hilary. Archaeology and Benin architecture. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, v. 1, n. 2, p. 65-85, 1957.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 149- 160, 2008.

MÁXIMO, P. Bruno. *Uma História da Arqueologia na África: Peculiaridades, Conflitos e Desafios da disciplina em Angola*. UNICAMP, 2013.

MCGUIRE, R. H. (1992). Archeology and the First Americans. *American Anthropologist*, 94(4), 816–836.

OGUNDELE, Samuel Oluwole; EBONINE, Ukamaka. Owu history in an ethno-archaeological perspective. *Nyame Akuma*. v. 74, p. 12-24, 2010

OGUNDIRAN, A. Editor's Inaugural Remarks. *African Archaeological Review*. v. 36, 1– 3, 2019.

OGUNDIRAN, Akinwumi. *Archaeology, Historiographic Traditions, and Institutional Discourse of Development. Nigeria in the Twentieth Century*. Carolina Academic Press, Durham (NC), p. 13-35, 2002.

OGUNDIRAN, Akinwumi. Four millennia of cultural history in Nigeria (ca. 2000 BC–AD 1900): archaeological perspectives. *Journal of world prehistory*. v. 19, n. 2, p. 133-168, 2005.

OGUNDIRAN, Akinwumi. Pioneers of archaeological thought and practice in postcolonial Nigeria. In: *Theory in Africa, Africa in Theory*. Routledge, p. 102-122, 2015.

OGUNDIRAN, Akinwumi. The mAkinwumig of an internal frontier settlement: Archaeology and historical process in Osun Grove (Nigeria), seventeenth to eighteenth centuries. *African Archaeological Review*. v. 31, n. 1, p. 1-24, 2014.

OLUKOLE, T. O. *Updates on Archaeological investigations in Oyo-Ile, implications for tourism development* . S.A.A., 2014.

OYINLOYE, Michael Abiodun. Conservation of Cultural Heritage in Nigeria: A Study on National Museum Esie. *Nyame akuma*. n. 77, p. 59-67, 2012.

PROCEEDINGS OF THE PAN-AFRICAN CONGRESS ON PREHISTORY. *Nature*. n°159, 547, doi:10.1038/159547a0, 1947.

SHAW, Thurstan. African archaeology: looking back and looking forward. *African Archaeological Review*. v. 7, n. 1, p. 3-31, 1989.

SMITH, Claire (Ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. Springer Reference, 2014. STAHL, Ann Brower (Ed.). *African archaeology: A critical introduction*. Blackwell Pub., 2005.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. 2 ed. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRIGGER, Bruce. The History of African Archaeology in World Perspective. In: ROBERTSHAW, Peter (org). *A History of African Archaeology*. London : J. Currey Portsmouth, N.H. : Heinemann, 1990.

UKPOKOLO, Chinyere. *Collective memory and Oriki in the context of Owu origin*. S.A.A. 2014.



USMAN, Aribidesi Adisa. Being an Indigenous and African Archaeologist. In: NICHOLAS, George. *Being and becoming indigenous archaeologists*. Routledge, 2016.

USMAN, Aribidesi Adisa. *The Iorubá frontier: A regional history of community formation, experience, and changes in West Africa*. Carolina Academic Press, 2012.

WILLETTT, Frank. Ife and its archaeology. *The Journal of African History*. v. 1, n. 2, p. 231-248, 1960.

WILLETT, Frank. Investigations at Old Oyo, 1956-57: an interim report. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, v. 2, n. 1, p. 59-77, 1960.